

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

CARPERGIANI MAIA COSTA

EVASÃO ESCOLAR NO IFAC, *CAMPUS* CRUZEIRO DO SUL

São Leopoldo

2022

CARPERGIANI MAIA COSTA

EVASÃO ESCOLAR NO IFAC, *CAMPUS* CRUZEIRO SUL

Trabalho Final de Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de Mestre em
Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e Educação
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Orientadora: Dra. Laude Erandi Brandenburg

São Leopoldo

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C837e Costa, Carpergiani Maia
Evasão escolar no IFAC, Campus Cruzeiro do Sul /
Carpergiani Maia Costa ; orientadora Laude Erandi
Brandenburg. – São Leopoldo : EST/PPG, 2022.
81 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de
Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,
2022.

1. Evasão escolar - Acre. 2. Ensino profissional. I.
Brandenburg, Laude Erandi, orientadora. II. Título.

CARPERGIANI MAIA COSTA

EVASÃO ESCOLAR NO IFAC, *CAMPUS* CRUZEIRO DO SUL

Dissertação de Mestrado Profissional
para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração:
Religião e Educação
Linha de Pesquisa:
Ética e Gestão

Data de Aprovação: 29 de junho de 2022

Prof^a. Dr^a. Laude Erandi Brandenburg
Presidente da banca - Participação por vídeo conferência

Prof. Dr. Dusan Schreiber
Faculdades EST - Participação por vídeo conferência

Prof^a. Dr^a. Vanessa Raquel de Almeida Neira
UNASP – Participação por vídeo conferência

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela minha saúde, principalmente por tê-la em um período de pandemia, e a toda a minha família em especial a minha mãe Francisca Maia Costa, e ao meu pai Francisco das Chagas Costa (*in memoriam*), que me proporcionaram o acesso ao processo formativo, aos meus irmãos Amarildo Maia Costa, Marcelo Maia Costa e Tânia Maria Maia Costa, a minha esposa Nájla Cristina Maciel Bezerra e as minhas filhas Pietra Bezerra Costa e Vivian Bezerra Costa.

Agradeço aos docentes do mestrado pelos ensinamentos e por incluírem na formação os valores éticos, morais e espirituais, e um agradecimento especial a minha orientadora Professora Doutora Laude Erandi Brandenburg, que orientou e incentivou durante todo o processo.

A Faculdades EST, pela oportunidade de receber uma formação com qualidade e humanística e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, em especial ao *Campus* Cruzeiro do Sul por possibilitar realizar a pesquisa e disponibilizarem as informações e assim confiando na contribuição dessa pesquisa para a instituição.

Agradeço aos mestrandos pelas discussões e estudos que no decorrer do processo de formação foram importantes para a reflexão e aprendizado.

Agradeço especialmente a Doutora Maristela Bortolon de Matos pela contribuição em todo o meu processo de mestrando e a todos e todas que direta ou indiretamente colaboraram com o mestrando.

Meu muito obrigado!

*Me movo como educador, porque, primeiro,
me movo como gente.*

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, sobre a evasão escolar no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Cruzeiro do Sul. O objetivo da pesquisa foi investigar os fatores da evasão escolar das e dos estudantes no referido curso, ingressantes no ano de 2017 e propor ações para mitigar a evasão, identificando os elementos presentes no histórico escolar do ensino fundamental e do IFAC, na ficha de matrícula, no formulário de Justificativa de Transferência, no Relatório SISTEC, nas normativas institucionais e na Plataforma Nilo Peçanha. Também foram analisados as Atas dos Conselhos de Classe e Planilhas de Rendimentos. Os resultados encontrados, permitem concluir que a maioria das e dos estudantes evadidos no IFAC, continha no histórico escolar do ensino fundamental interrupção de estudos, eram procedentes de escola pública, e que reprovaram no mínimo uma vez, antes de evadir-se do IFAC. Os fatores predominantes identificado na Justificativa da Transferência que ocasionam a evasão no curso pesquisado, foram: o financeiro, indecisão quanto ao curso, troca de curso e exigência acadêmica. Os resultados apontam para a necessidade de a instituição conhecer os fatores que ocasionam a evasão do curso em foco e encontrar soluções. Além de realizar ações preventivas, como conhecer o perfil socioeconômico das e dos estudantes, trajetória escolar, divulgação clara do curso, acolhimento, nivelamento e outros. Faz-se necessário que a Instituição implante e solidifique a política de permanência e êxito dos estudantes, não apenas voltada às questões de ajuda financeira, mas incluir os demais fatores que acarretam a evasão, entre eles o hábito da espiritualidade nas ações educacionais, proporcionar o sentimento de pertencimento do e da estudante na Instituição, contribuindo para uma formação integral, transformando em sujeitos protagonistas da sua formação e da humanização da sociedade.

Palavras-chave: Evasão Escolar. Educação Profissional. Curso Integrado. Espiritualidade.

ABSTRACT

The present work presents an analysis, based on a bibliographical and documentary research, about school dropout in the Technical Course Integrated in the High School in Agriculture of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Acre, Cruzeiro do Sul Campus. The objective of the research was to investigate the factors of school dropout of students in that course, freshmen in 2017 and to propose actions to mitigate dropout, identifying the elements present in the school transcript of the elementary school and IFAC, in the registration form, in the Transfer Justification form, in the SISTEC Report, in institutional regulations and in the Nilo Peçanha Platform. The Minutes of Class Councils and Income Spreadsheets were also analyzed. The results found allow us to conclude that most of the students who dropped out of the IFAC had interruption of studies in their elementary school transcripts, were from public schools, and had failed at least once, before dropping out of the IFAC. The predominant factors identified in the Transfer Justification that cause dropout in the researched course were: financial, indecision about the course, changing courses and academic demand. The results point to the need for the institution to know the factors that cause the dropout of the course in focus and find solutions. In addition to carrying out preventive actions, such as knowing the socioeconomic profile of students, school trajectory, clear dissemination of the course, reception, leveling and others. It is necessary for the Institution to implement and solidify the policy of permanence and success of students, not only focused on issues of financial aid, but to include other factors that lead to dropout, among them the habit of spirituality in educational actions, providing the feeling of belonging of the student in the Institution, contributing to an integral formation, transforming them into protagonists of their formation and of the humanization of society.

Keywords: School Dropout. Professional education. Integrated Course. Spirituality

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CF	Constituição Federal
CNCT	Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos
CONSU	Conselho Superior
COREG	Coordenação de Registro Escolar
COTEP	Coordenação Técnica Pedagógica
DCNETPNM	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica Profissional de Nível Médio
DSAES	Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil
EC	Emenda Constitucional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IFAC	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAES	Núcleo de Assistência ao Estudante
NAPNE	Núcleo de Atendimento de Pessoas com Necessidades Especiais
ODP	Organização Didática Pedagógica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	25
2.1 A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO E A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS	27
2.2 O ENSINO MÉDIO INTEGRADO, UMA FORMAÇÃO HOLÍSTICA.....	29
3 EVASÃO ESCOLAR: UM GARGALO DA EDUCAÇÃO.....	33
3.1 CONCEITOS DE EVASÃO.....	34
3.2 OCORRÊNCIAS DA EVASÃO.....	36
3.3 AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	38
4 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE	43
4.1 EDUCAÇÃO NA LEGISLAÇÃO.....	43
4.2 O CAMPUS CRUZEIRO DO SUL	44
4.2.1 O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária	45
4.3 O CAMINHAR METODOLÓGICO	48
5 PANORAMA DOS DADOS	53
5.1 PROPOSTAS E AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO	53
5.1.1 Ações de combate a evasão previstas no PDI 2014-2019.....	53
5.1.2 O Conselho de Classe e as ações previstas nas Organizações Didático- Pedagógicas do IFAC para combater a evasão escolar.....	56
5.1.3 Ações de combate à evasão previstas no PPC do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária.....	59
5.1.4 Ações realizadas presentes no Relatório de Gestão 2017, 2018 e 2019	63
5.2 A EVASÃO.....	65
5.2.1 Cenário da evasão no Curso Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária do Campus Cruzeiro do Sul, no IFAC.....	66
5.2.2 Descrição do perfil do evadido e da evadida e sua trajetória escolar no IFAC.....	68
5.2.3 A Justificativa de Evasão	70
5.2.4 Análise das Atas dos Conselhos de Classe e Planilhas de Notas de 2017 a 2019 	72
6 CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES	81

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, tem-se manifestado uma tendência de crescimento ao longo dos últimos anos do número de pessoas que vem concluindo o ensino médio. Informações divulgadas pelo PNAD Contínua, no ano de 2019¹, informa que o país tinha 48,8% da população na faixa de 25 anos ou mais concluído a educação básica, 3,8% de aumento em comparação ao ano de 2016. Isso representa a existência de uma demanda suprimida de 50,2% das pessoas nessa faixa de idade que ainda não conseguiram concluir a etapa da educação obrigatória.

De acordo com o PNAD Contínua 2019², para subsidiar o acompanhamento da entrada, retenção e abandono na educação brasileira, são utilizados os parâmetros de taxa de escolarização e a taxa ajustada de frequência escolar líquida. No Brasil ano de 2019, a taxa de escolarização das pessoas com 15 a 17 anos, foi de 89,2%, 2% a mais se comparada ao ano de 2016. Já a taxa ajustada de frequência escolar líquida no mesmo período foi 71,4%, aumentou 3,2% em relação ao ano de 2016.

Assim, quando se analisa os índices por região no PNAD Continua 2019³, na Região Norte na qual está inserida a instituição objeto da pesquisa, apresenta índice de 62,2% na taxa ajustada de frequência escolar líquida, o que leva a conclusão de que 38,8% dessa população, não cursavam o ensino médio ou tinham evadidos da escola em 2019.

Mesmo que o Plano Nacional de Educação (PNE) tenha definido em uma de suas metas, “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)”⁴. No entanto, com os dados apresentados pelo PNAD Contínua, chega-se à conclusão de que a universalização do ensino para público de 15 a 17 anos, não foi efetivada. Além disso, algumas regiões do país

¹ IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio Contínua. Educação 2018**. Rio de Janeiro, 2019. p. 1. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

² IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio Contínua. Educação 2018**. Rio de Janeiro, 2019. p. 8. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

³ IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio Contínua. Educação 2018**. Rio de Janeiro, 2019. p. 8. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

⁴ BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso: 16 out. 2021. Meta 3.

enfrentam obstáculos para atingir uma taxa líquida de matrículas no ensino médio de 85% até o ano de 2024.

A evasão escolar, a retenção e o abandono têm sido culpabilizados pelo não alcance das metas estabelecidas. No entanto, é preciso que esses obstáculos sejam superados, e por ser algo muito complexo para se chegar as raízes do problema, e propor soluções, exige um trabalho colaborativo com a participação de diversos setores da sociedade.

Neste estudo abordou-se o tema evasão escolar dos e das estudantes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), *Campus* Cruzeiro do Sul, na perspectiva de possibilitar a reflexão e discussão por meio dos subsídios encontrados, para uma melhor compreensão das possíveis causas de evasão escolar no curso pesquisado, que possibilitam uma redução nos índices de evasão.

Embora o Acre seja um dos estados brasileiros que apresenta um alto índice de evasão, há poucos registros de estudos com foco local, abordando essa temática.

As próprias instituições de ensino, enquanto parte responsável pela preparação de adolescentes para a cidadania e o mercado de trabalho, em alguns momentos não oferecem as condições necessárias para a permanência e êxito dos e das estudantes. Colaborando para o insucesso escolar, e contribuindo para o aumento nos índices de evasão.

Estes fatores conduzem ao seguinte problema de pesquisa: quais são e como se manifestam os fatores da evasão escolar de estudantes no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária, do *Campus* Cruzeiro do Sul, do IFAC e quais ações podem mitigar a evasão?

Mediante a problemática apresentada, tem como hipóteses:

- O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária contribuem decisivamente para a evasão ou permanência de discentes, então analisar e reformular a organização didática, a carga horária e a prática docente podem influenciar na permanência ou desistência de estudantes.
- A localização da instituição e as dificuldades financeiras de discentes dificultam a permanência e conclusão de estudantes nos cursos técnicos integrados no *Campus* Cruzeiro do Sul. A falta do transporte escolar gratuito, aliado à falta de regulamentação do transporte público na Cidade de Cruzeiro do Sul, além da distância entre a instituição e a residência dos e das estudantes, pode ser decisiva para a evasão deles e delas da instituição.

- Se a instituição realizar ações de divulgações dos cursos oferecidos, constando todas as informações pertinentes como perfil de egresso, carga horária dos cursos, disciplinas, mercado de trabalho, então estudantes, ao ingressarem no curso escolhido, não desistirão por constatar que não era isso que esperava do curso, que o curso não atende suas expectativas.
- Se o acompanhamento a estudantes identificar possíveis sinais que levam a evasão, e ocorrer a realização de ações dessa forma a instituição realizar ações para reverter à situação, então o acompanhamento possibilitará prevenir, minimizar e evitar evasão.
- As recomendações apontadas pela realização da Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), em relação à redução da evasão dos e das estudantes dos Institutos Federais, que culminou com a produção de um documento norteador pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), produziram efeitos positivos no combate a evasão.

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar os fatores da evasão escolar de estudantes ingressantes no ano de 2017, no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária do *Campus* Cruzeiro do Sul, do IFAC e propor ações para mitigar a evasão.

Para alcançar o objetivo geral forem elencados como objetivos específicos:

- Conceituar e contextualizar a evasão escolar;
- Identificar as metas propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 (que teve sua vigência prorrogada até o dia 31/12/2019, pela Resolução CONSU/IFAC nº 28, de 22 de julho de 2019)⁵, as ações realizadas que constam no Relatório de Gestão do IFAC, e as ações propostas pelo *Campus* Cruzeiro do Sul para diminuir a Evasão Escolar;
- Averiguar a Evasão Escolar do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária, do *Campus* de Cruzeiro do Sul, no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e na Plataforma Nilo Peçanha (PNP);
- Verificar no SISTEC, a movimentação dos e das discentes com matrículas iniciadas no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária no ano de 2017 e que concluíram a integralização curricular proposta no PPC do curso;

⁵ IFAC, **Resolução CONSU/IFAC nº 28, de 22 de julho de 2019**. Dispõe sobre a prorrogação do PDI 2014-2018 até 31/12/2019. IFAC. 2019.

- Investigar junto à Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil (DSAES), se os e as estudantes evadidos e evadidas foram contemplados e contempladas com a política de assistência estudantil;
- Identificar junto a Coordenação de Registro Escolar (COREG), as informações referentes aos e as estudantes evadidos e evadidas do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária do *Campus* Cruzeiro do Sul, que ingressaram no ano de 2017;
- Verificar junto a COTEP, as atas finais dos Conselhos de Classe dos e das estudantes que ingressaram no ano de 2017 no Curso de Agropecuária, planilha de rendimentos e as deliberações;
- Pesquisar/Apontar/Investigar/Averiguar a contribuição da espiritualidade no enfrentamento da evasão escolar;
- Analisar os documentos, em que os evadidos e as evadidas justificam o motivo do seu desligamento do curso pesquisado;

A existência de uma instituição de ensino se justifica por atender o público-alvo da comunidade onde está inserida, proporcionando oportunidade de desenvolver habilidades e competências, contribuindo para o desenvolvimento integral dos e das estudantes. Quando ocorre a evasão, a instituição deve identificar os fatores, pois através desse conhecimento poderá propor ações efetivas e atender a comunidade.

Esta é uma pesquisa documental, com uso dos documentos referentes a estudantes que evadiram, documentos institucionais, e os dados disponibilizados na plataforma e sistema utilizado para armazenar e divulgar os dados da Educação Profissional.

A abordagem foi qualitativa, considerando os dados coletados, objetivando interpretar e analisar as informações dos documentos pesquisados, utilizando a análise de conteúdo.

A Introdução é o primeiro capítulo, onde descrevemos o que consta nessa dissertação, apresenta uma breve contextualização sobre o tema de pesquisa, justificativa, os objetivos da pesquisa, hipóteses, bem como o problema de pesquisa.

No segundo capítulo abordamos a Educação Profissional no Brasil, apresentando as políticas desenvolvidas nos diferentes momentos históricos do nosso país, até os dias atuais. Em ato contínuo, discutimos sobre a Rede Federal e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. E consta do subcapítulo O Ensino Médio Integrado, uma

formação holística dos e das estudantes, preparando-os e preparando-as para serem autores e autoras da transformação de uma sociedade mais humanizada no futuro.

O terceiro capítulo aborda a evasão escolar no contexto educacional brasileiro. Para procurarmos entender o conceito, e como o fenômeno se manifesta, e assim adquirir conhecimentos que possam se constituir no futuro em propostas de enfrentamento para uma redução nos índices de evasão. Em seguida será abordada a temática no cenário da educação profissional no Brasil e as ações de enfrentamento.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, seus Campi e Cursos ofertados, além da realização de estudo minucioso da evasão escolar no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária, que é o cerne da pesquisa, mostramos a metodologia empregada na pesquisa, enfatizando o tipo de abordagem, a finalidade, os procedimentos utilizados, descrição do *Campus* que o estudo aconteceu, os instrumentos para a coleta de dados e a forma que interpretamos as informações coletadas, será abordado no quarto capítulo.

Em seguida, no quinto capítulo, apresentamos o panorama dos dados da evasão escolar no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária, e indicativos que visem a redução nos índices de evasão, e conseqüentemente um aumento no número de estudantes concluintes dos cursos ofertados pela instituição. Será dividido em 2 subcapítulos, o primeiro abordando as ações realizadas de permanência e êxito, e o segundo apresentando a evasão e os fatores que a ocasionam no curso pesquisado.

O sexto capítulo consta da conclusão, onde respondemos nosso problema de pesquisa e descrevemos, de forma sucinta, o que se conclui dos resultados alcançados após o aprofundamento teórico e as análises realizadas, e embasado nos dados expomos possibilidades de ações que possam mitigar a evasão. Posteriormente constam as Referências e os Apêndices.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A Educação é um dos direitos fundamentais de todos os seres humanos, prevista na Declaração dos Direitos Humanos da ONU, e no Brasil, na Constituição Federal de 1988, que deve ser garantida pelo Poder Público e Família, em regime de colaboração com a coletividade para a evolução das capacidades inerentes aos humanos, possibilitando conhecimentos para a vida em sociedade e formação profissional.

A Emenda Constitucional (EC) nº 90/2015, trouxe uma nova redação ao Art. 6º da CF, incluindo o transporte na lista dos direitos sociais. Assim o caput do artigo passou a definir como direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.⁶

Presente desde a promulgação da Constituição no ano de 1988, a Educação sempre esteve no rol dos direitos sociais. Classificados como direito de segunda geração, os direitos sociais precisam ser garantidos e efetivados pelo Brasil.

A EC nº 59/2009, alterou alguns dispositivos previstos na CF de 1988. Passando os Incisos I e VII, do artigo 208, a ter a seguinte redação:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive a sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.⁷

Dessa forma, todas as etapas da educação básica, passam a ser obrigatórias para as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos. No entanto, de acordo com a EC, os sistemas de ensino, receberam suporte técnico e receita da União, para até o ano de 2016, concretizar a universalização da educação básica, de acordo com o PNE.

A Educação faz parte do cotidiano de todos os seres humanos, tornando impossível viver em sociedade, sem estabelecer uma relação harmoniosa entre ambos. É a Educação que proporciona conhecimento para lidarmos no dia a dia com as adversidades advindas de

⁶ BRASIL. **Emenda Constitucional nº 90**, de 15 de setembro de 2015. Art. 6º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc90.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁷ BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Art. 208. Inc I e VII. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso: em: 20 jun. 2020.

diferentes dimensões, e que nos faz aprender a respeitar os posicionamentos contrários à nossa concepção de universo.

Durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, a Educação Profissional de Nível Médio no Brasil, passou por um processo de reformulação, por meio do Decreto nº 2.208/97, que vetou a articulação do ensino propedêutico com o ensino técnico no ensino médio, nas instituições.

Porém, com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência do país, no início do século XXI, os debates sobre possíveis mudanças nas políticas de Educação Profissional de nível médio, passaram a fazer parte da agenda de governo proporcionando uma discussão mais aprofundada, culminando com a publicação do Decreto nº 5.154/2004, que revogou o Decreto nº 2.208/97.

O novo Decreto permitiu a articulação entre a Educação Profissional e a Básica, das seguintes formas:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.⁸

Dessa forma, o Decreto nº 5.154/2004, restabeleceu o direito do e da estudante a uma formação que contemple a formação integrada através da Educação Profissional com o Ensino Médio, além de manter as ofertas já contempladas pelo Decreto nº 2.208/1997, no formato concomitante e subsequente.

⁸ BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts.39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República: [2004]. § 1º do Art. 4º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 07 out. 2020.

2.1 A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO E A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

A linha do tempo da Educação Profissional no Brasil é marcada por mudanças na nomenclatura das instituições, iniciando com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices no início do século XX. Na década de 1930, algumas instituições são transformadas em Liceus Profissionais. Posteriormente, ocorre outra mudança na nomenclatura, passando a serem chamadas de Escolas Industriais e Técnicas, subordinadas agora ao Ministério de Educação e Saúde.

No final dos anos 1950 do século passado, as instituições passam a ter autonomia de organização, e tem alterado sua identidade, agora chamadas de Escolas Técnicas. No final do século XX, todas as Escolas Técnicas foram transformadas em Centro Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

O marco inicial da institucionalização da Educação Profissional no Brasil foi no Governo Nilo Peçanha, por meio do Decreto Nº 7.566/1909, que criou as escolas de artes e ofícios nas capitais dos Estados da Federação.

Para a criação das escolas, o governo levou em consideração o aumento da população nas cidades e, com o objetivo de reduzir os impactos sociais, implementou políticas para oportunizar as pessoas menos favorecidas condições de acesso a uma formação profissional e intelectual, e dessa forma reduzir os riscos causados pela ociosidade e a falta de qualificação para um ofício.

A participação nas Escolas de Aprendizes e Artífices dependia das condições estabelecidas no Decreto Nº 7.566/1909, no qual o ou a postulante a uma vaga deveria se enquadrar no estabelecido no Caput do Art.6 que diz:

Serão admitidos os individuos que o requererem dentro do prazo marcado para a matricula e que possuirem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna: idade de 10 annos no minimo e de 13 annos no maximo; não soffrer o candidato molestia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado de officio.⁹

Durante o percurso histórico da EPT, ocorreram diversas mudanças na legislação que modificaram a sua finalidade. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no ano de 1961, a equivalência entre o ensino propedêutico e a educação

⁹ BRASIL. **Decreto-lei nº 7566, de 23 de setembro 1909**. Crêa nas capitaes dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Art. 6. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

profissional, garantindo o direito de progredir nos estudos e acessar o ensino superior, aos e às estudantes dos cursos técnicos.

Já em 1971, sob o regime militar instalado no país, foi aprovada a nova versão da LDB determinando a formação profissional obrigatória para o ensino médio nas escolas públicas, com a justificativa da inserção profissional no mercado de trabalho, em razão do desenvolvimento industrial, proporcionado pelo investimento do capital internacional.

Diante os resultados negativos alcançados pela Educação Profissional compulsória do ensino médio, ainda sob o Regime Militar foi promulgada a Lei nº 7.044/1982, revogando os dispositivos que determinavam a obrigatoriedade da formação profissional no ensino médio.

Com a redemocratização do Brasil, a discussão sobre a reforma educacional passou a ocupar espaço na agenda política nacional, gerando inúmeros debates acalorados entre os defensores de uma educação progressista, e os conservadores. Culminando com a aprovação da Lei nº 9.394/1996, estabelecendo novas diretrizes para a educação nacional. No ano seguinte, um decreto governamental excluiu a possibilidade da formação integrada, separando a formação propedêutica da formação técnica.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi instituída pela Lei nº 11.892/2008, com a criação dos Institutos Federais, com o objetivo de levar a educação técnica a todas as unidades da Federação. Subordinada ao Ministério da Educação e constituída de acordo com o Artigo 1º, pelas seguintes instituições:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais);
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet – RJ) e de Minas Gerais (Cefet – MG);
- IV - Escolas Técnicas vinculadas as Universidades Federais e;
- V – Colégio Pedro II.¹⁰

Assim a Rede Federal, de acordo com o portal do MEC (2019), conta com 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação, 01 Universidade Tecnológica Federal, 22 Escolas Técnicas conectadas às Universidades e o Colégio Pedro II. Levando em conta que essas instituições são compostas por campi, atualmente temos um total de 661 unidades, presentes no país.

¹⁰ BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Ministério da Educação. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Art.1º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm, Acesso em: 10 mai.2021.

O plano de expansão das instituições de EPT foi gerado pelo MEC, através da SETEC com a finalidade de ofertar educação profissional em todos os Estados da Federação. Composto por três etapas, foi priorizada na primeira etapa a construção de instituições nos estados que ainda não tinham a presença do poder público federal, ofertando educação profissional. Contemplando, os Estados do “Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal”.¹¹

Na segunda etapa da expansão, iniciada em 2007, com o estabelecimento de metas a serem efetivadas no prazo de 04 anos, foram planejadas e implantadas 150 novas unidades, distribuídas nos 26 Estados e o Distrito Federal. Na última etapa, foi estabelecida a meta de criar 208 novas unidades até o final de 2014, com a justificativa de reduzir as desigualdades sociais e proporcionar o acesso à educação profissional tecnológica como instrumento para melhorar a qualidade de vida da sociedade.

Com isso, o plano de expansão conseguiu levar a oferta de EPT a diversos lugares do Brasil. Aumentando o número de unidades no país, que em 2006, era de 144, e no ano de 2018, chegou a 659, ultrapassando o plano inicial da expansão que previa a criação de 400 unidades.

O preceito da Lei nº 11.892/2008, estabelece que as instituições que compõem a Rede Federal de Educação, devem disponibilizar um mínimo de 50% das vagas para os cursos técnicos de nível médio, com a maioria das vagas destinada aos cursos de formação integrada. Além disso, ofertar no mínimo 20% de vagas em cursos de licenciatura e programas de formação pedagógica, com o escopo de formar professores para a educação básica e profissional.

2.2 O ENSINO MÉDIO INTEGRADO, UMA FORMAÇÃO HOLÍSTICA

A chegada de um governo progressista à presidência do Brasil no início dos anos 2000, despertou a inquietação de diferentes setores da sociedade em relação às políticas de educação profissional vigentes no país, que após o Decreto 2.208/1997 passou a permitir a formação profissional de nível médio, somente nas formas concomitantes e subsequente.

Impulsionados pelo cenário favorável, afloraram os debates sobre as possibilidades de construção de um projeto de educação capaz de superar a dicotomia existente entre a

¹¹ BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 10 mai. 2020.

educação propedêutica e a profissional, e que tivesse no escopo a formação integral da pessoa humana.

Como resultado das discussões sobre a nova proposta de educação profissional, o Governo Federal publicou o Decreto 5.154/2004, que estabeleceu a possibilidade de integração entre a educação básica e profissional. De acordo com o inciso I, do § 2º do Art. 4, a forma integrada é ofertada apenas “a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno”.¹²

Destarte, com o restabelecimento da possibilidade de integração entre educação básica e educação profissional, foi construída uma proposta na perspectiva de caminhar na direção de uma educação tecnológica ou politécnica. Mas, que por conta do contexto político, social econômico e cultural presente na sociedade brasileira, foi possível seguir somente algumas concepções deste modelo de educação.

Do ponto de vista filosófico, o MEC afirma que a gênese do ensino médio integrado, “expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura”.¹³

Na mesma linha, o Centro de Referência em Educação Integral, conceitua a formação integral como:

uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.¹⁴

A integração entre o ensino médio e a educação de formação profissional tem o objetivo de acordo com o MEC “de centralizar e aprofundar o caráter humanista do ato de educar, desconstruindo o parâmetro colonialista e dual que caracteriza a relação entre educação básica e profissional”.¹⁵

¹² BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts.39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República: [2004]. Art. 4ª § 2º Inc. I. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 07 out. 2020.

¹³ BRASIL. Ministério da Educação, **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007. p. 40.

¹⁴ Centro de Referências em Educação Integral. **Conceito de Educação Integral**. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/conceito/>. Acesso em: 06 nov. 2021.

¹⁵ BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007. p. 54.

Deste modo na formação integrada, busca-se uma concepção de educação, na qual a formação propedêutica e a formação técnica aconteçam de forma interligada, em todos os espaços de capacitação para o trabalho. No entendimento do MEC, a formação humana integral, tem o trabalho como algo a ser evidenciado como princípio educativo, com o propósito de superar a divisão entre o trabalho manual e intelectual presente na sociedade.

A Fraternidade e Educação foi o tema escolhido pela Campanha da Fraternidade no ano de 2022 pela Igreja Católica, com o objetivo de fazer uma interlocução com a sociedade para conhecer a realidade da educação brasileira. Com o lema “Fala com sabedoria, ensina com amor”¹⁶ chama o educando e a educanda para o diálogo, conhecendo o contexto que estão inseridos, para em seguida promover uma educação mais humanizada, e que seja significativa para a vida em sociedade.

O diálogo, respeito e empatia contribuem e fazem diferença no processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido a Conferência da Família Franciscana no Brasil afirma que

Educar é um ato eminentemente humano. Somos renovados quando aprendemos mais a respeito da vida e seu sentido, quando nos ensinam novos conhecimentos e quando, percebemos que em nós existe a profunda sede de aprender e ensinar.¹⁷

Na mesma direção, a espiritualidade na educação contribui positivamente no enfrentamento de problemas gerados nas instituições de ensino na modernidade. Trabalhar a fé e a confiança na escola produz resultado significativo na vida dos e das estudantes. Nesse sentido no site de notícias da Unoeste afirma que, “amor e esperança no ambiente escolar são essenciais aos processos de ensino e aprendizagem e para a vida”.¹⁸

Para o Doutor Gabriel, a espiritualidade encontra-se em evidência, e apesar das divergências quanto ao seu conceito, ele compreende que a espiritualidade é tudo que provém do amor, devendo ser trabalhada com as crianças e a juventude. Para o citado autor “cada pessoa deve dar o máximo de si em relação ao próximo, seja por seus conhecimentos ou em suas profissões em diferentes funções, [...]: que ninguém se ache superior à lei do amor”.¹⁹

¹⁶ BÍBLIA SAGRADA. Livro de Provérbios 31,26. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/pv/31>. Acesso em: 04 abr. 2022.

¹⁷ CFFB. Campanha da Fraternidade 2022: Fraternidade e Educação. Disponível em: <https://cffb.org.br/campanha-da-fraternidade-2022-fraternidade-e-educacao/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

¹⁸ UNOESTE. Universidade do Oeste Paulista. Espiritualidade na educação proporciona grande contribuição. www.unoeste.br. Ano 2020. Disponível em: <http://www.unoeste.br/Noticias/2020/9/espiritualidade-na-educacao-proporciona-grande-contribuicao>. Acesso em: 12 dez. 2021.

¹⁹ CARAPEBA, G. O.de L. In Unoeste. Espiritualidade na educação proporciona grande contribuição. www.unoeste.br. Ano 2020. Disponível em: <http://www.unoeste.br/Noticias/2020/9/espiritualidade-na-educacao-proporciona-grande-contribuicao>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Para os professores e as professoras a sugestão é que realizem algo que leve os e as estudantes ao seu autoconhecimento, independente de pertencimento a alguma denominação religiosa, para se conhecerem melhor e serem capazes de manter uma relação harmoniosa com as pessoas. Como seres humanos, devemos ter a consciência que o futuro da sociedade passa pela educação. Assim, a prática da espiritualidade, tornando-se um hábito, pode contribuir na formação integral, para termos uma sociedade mais humanizada no futuro.

Uma educação capaz de formar o ser humano de maneira integral, precisa incorporar a dimensão espiritual no processo formativo. Despertando o sentimento em crianças, adolescentes, jovens e adultos a aprender e a viver a espiritualidade no ambiente escolar. Camargo e Moll, afirmam que educar a dimensão espiritual do ser humano é construir valores humanos para uma ética de justiça, solidariedade e respeito pelas diferenças, é desenvolver as potencialidades mentais, criativas e a consciência de ser, pertencer e transcender.²⁰ Assim a formação holística, com a espiritualidade possibilita a mudança no comportamento da sociedade contemporânea, que busca a todo custo, bens materiais e satisfazer os seus prazeres.

A inserção da espiritualidade na educação, não implica no ensinamento das religiões nos conteúdos escolares. Para Costa, significa incentivar os estudantes a envolverem seu mundo com um sentimento de encanto pela análise, pelo diálogo e pela criatividade.²¹ A espiritualidade colabora na consolidação dos processos formativos ético e cidadã, permitindo a emancipação dos seres humanos.

É possível trabalhar a espiritualidade dentro de uma instituição de ensino composta de pessoas tão distintas em sua constituição, quando se tem da espiritualidade uma visão do ser humano de forma integral, considerando elementos do dia a dia, como a liberdade, amizade, esperança, diálogo, a confiança, amor ao próximo, entre outros valores importantes ao ser humano.

Considerar o estudante de forma integral, onde não apenas a formação acadêmica seja o único objetivo de ele estar na instituição, mas que seja levado em consideração e, sua formação os demais elementos que o torna seres humanos.

²⁰ CAMARGO, T. D. de.; MOLL, J. **Educação Integral e espiritualidade**: os benefícios dessa relação para a formação integral do ser humano. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação.

Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117566/000966595.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 ago. 2022. p. 17

²¹ COSTA, J. C. da. **Espiritualidade na Educação**: Educação, Espiritualidade e Emancipação Humana. Fortaleza: Premius, 2010.p. 9

Para isso a instituição deve proporcionar um ambiente harmônico, onde respeito, empatia, entre outros que já descrevemos, despertem emoções e sentimentos que farão parte de sua formação junto com os conhecimentos acadêmicos.

Proporcionar uma formação com valores, sentimentos e emoções depende muito de todos que constituem a instituição, pois ela não é constituída apenas de estudantes e professores, e todos são responsáveis pela formação, considerando todos os espaços em que o estudante transitará em sua formação.

Todos são responsáveis pelo ambiente harmônico da instituição e esse ambiente pode contribuir para despertar o sentimento de pertencimento do estudante, podendo mitigar a evasão.

E não podemos deixar de considerar as formações ofertadas pelo IFAC, em especial o curso pesquisado, o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária, onde o contato não apenas com os seres humanos, mas com a natureza, com os animais. Que tenha respeito aos recursos naturais, ao ambiente que irá trabalhar com um olhar ético e seja também pensado como um ambiente harmônico.

O capítulo subsequente expõe sobre a Evasão Escolar e a Evasão Escolar na Educação Profissional, bem como as ações de enfrentamento dessa evasão.

3 EVASÃO ESCOLAR: UM GARGALO DA EDUCAÇÃO

A evasão faz parte do cotidiano das instituições educacionais em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e por essa razão é preciso combatê-la para reduzirmos os prejuízos ocasionados por esse fenômeno. No entanto, mesmo sendo um problema em evidência, as iniciativas propostas pela família, escola, poder público e sociedade para reduzir os índices de evasão têm sido ineficientes, gerando prejuízos nas dimensões econômica, social e profissional.

O cenário não é diferente nas demais instituições brasileiras, despertando atenção de pesquisadores e de diversos setores da sociedade, no sentido de amenizar os efeitos negativos. No entanto, por ser um problema complexo, que envolve múltiplos fatores e muitas razões geradoras da evasão, tem dificultado um entendimento único para a implementação de ações eficazes para mitigar os prejuízos causados por esse fenômeno.

As instituições de ensino que ofertam a modalidade de EPT convivem com o fenômeno da evasão nos cursos técnicos, que leva os e as estudantes a interromperem o processo formativo, ocasionando uma baixa oferta de mão de obra qualificada, para a inserção no mercado de trabalho.

A realização de estudos relacionados à temática da evasão escolar, tem sido impulsionada pelo crescimento no número de publicações realizada nas mais diversas localidades do universo, por conta da sua importância social.

Para confirmar o quanto a temática é estudada, em uma busca no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com o descritor “Evasão escolar”, é possível encontrar mais de 54 mil dissertações de mestrado e teses de doutorado relacionadas ao tema. No entanto, a maioria dos estudos está relacionada à evasão no ensino fundamental e ensino superior, o que tem dificultado uma melhor compreensão do fenômeno na Educação Técnica Profissional de nível médio, que é o cerne do presente estudo no ensino integrado.

A seguir apresento o Conceito de Evasão, Ocorrência da Evasão elencados pelos autores e complemento descrevendo as Ações de enfrentamento da Evasão Escolar na Educação Profissional.

3.1 CONCEITOS DE EVASÃO

Um dos primeiros conceitos de evasão, elaborado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras afirma que é “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo”.²² Neste mesmo sentido o MEC através da Nota Informativa nº 138/2015, afirma que a evasão ocorre quando o estudante é desligado de um curso devido ao abandono, transferência interna ou externa, pedido de cancelamento de matrícula, por exemplo.²³

Assim, para fins de esclarecimento, o estudo definirá como evasão o conceito utilizado pela PNP, onde evasão “corresponde aos alunos que perderam o vínculo com a instituição, antes da conclusão de um curso”.²⁴ Essa afirmativa aproxima-se dos conceitos elaborados pela Comissão e da Nota Informativa, no qual o discente perde o vínculo, e não conclui o curso iniciado.

Outros autores têm trabalhado na elaboração de conceitos para uma melhor compreensão do termo evasão escolar. Dentre as definições mais significativas está a elaborada pelas pesquisadoras Dore e Luscher que a definem como, “um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida da escola”.²⁵

Em relação à evasão, Leal compreende ser “uma situação problemática, que se produz por uma série de fatores aos quais envolvem toda a comunidade, os profissionais de educação e os representantes legais”.²⁶

Para Oliveira, a evasão escolar ocorre quando o estudante interrompe o vínculo absoluto com a instituição de ensino, dando descontinuidade na participação nas aulas, e na formação iniciada, deixando de concluir o curso. E ainda conclui que a evasão escolar

é um processo complexo, multifacetado e que ocorre por um conjunto de fatores, de ordem individuais e institucionais, que podem ser cumulativos ou não e que

²² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras - ANDIFES/ABRUEM, SESu. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Brasília, 1996. p. 15.

²³ BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Informativa Nº 138, de 15 de julho de 2015**. Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. p. 2.

²⁴ BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em 10 mai. 2021.

²⁵ DORE, R.; LUSCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de pesquisa, v.41, n. 144, p. 772 – 789, set/dez. 2011. p. 777.

²⁶ LEAL, N. M. de O. Evasão Escolar: as causas e as consequências de uma negligência social. **Revista Criar Educação**, Criciúma, v. 8, nº 2, ago/dez 2019. p. 212.

culminam no abandono do curso pelo estudante, interrompendo-se os percursos formativos antes da sua conclusão.²⁷

A evasão escolar relaciona-se com a perda de estudantes que iniciam, mas não concluem seus estudos, configura-se como desperdício social, acadêmico e econômico. A evasão escolar, aqui como sinônimo de abandono escolar, significa desistência por qualquer motivo, exceto conclusão. Fritsch e Vitelli entendem que a evasão escolar

é um fenômeno complexo, associado a não concretização de expectativas de pessoas e reflexo de múltiplas causas relacionadas a fatores e variáveis objetivas e subjetivas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural, no sistema educacional e nas instituições de ensino.²⁸

Para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os conceitos de abandono e evasão são distintos, e os define como: “Abandono quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte. Evasão significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema”.²⁹

Ao contrário do INEP que diferencia o conceito de abandono e evasão, Fini et. al.³⁰, identificou que pesquisadores tem encontrado muitos obstáculos na construção de um conceito unificado para definir evasão/abandono escolar, por conta da complexidade, e as dimensões envolvidas no processo.

No entanto, o autor acredita na hipótese de que a evasão/abandono escolar está relacionada “a retenção e repetência do aluno na escola, à saída do aluno da instituição, à saída do aluno do sistema de ensino, à não conclusão de um determinado nível de ensino, ao abandono da escolar e posterior retorno”.³¹ Assim, verifica-se que, embora tenha proposto um conceito abordando de forma unificada, a temática evasão/abandono escolar contempla o preceito estabelecido pelo INEP.

²⁷ OLIVEIRA, F. A. C. **Evasão escolar no ensino técnico profissionalizante**: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres. Dissertação de Mestrado em Educação Profissional Tecnológica. Morrinhos, GO: IF Goiano, 2019. p. 109.

²⁸ FRITSCH, R.; VITELLI, R. F. **Evasão escolar, a escola e o mercado de trabalho**: o que dizem jovens do ensino médio de escolas públicas. p.1. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-2_ROSANGELA-FRITSCH-RICARDO-FERREIRA-VITELLI.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

²⁹ BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Aprovação escolar cresce, enquanto diminuem o abandono e a reprovação**. Brasília, 1998. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar/21206. Acesso em 05 out. 2021.

³⁰ FINI, R.; HIEJMANS, R. D; LUSCHER, A. Z. Insucesso, fracasso, abandono, evasão ... um debate multifacetado. In: **Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica fundamentos e reflexões contemporâneas**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2013.

³¹ FINI; HIEJMANS; LUSCHER, 2013, p. 236.

3.2 OCORRÊNCIAS DA EVASÃO

As pesquisadoras Dore e Luscher relacionam a ocorrência da evasão a vários eventos que acontecem no percurso do estudante, como aos seres humanos que nunca tiveram acesso à Educação. Dessa forma elas afirmam:

A evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno. Refere-se ainda àqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, e ao estudante que concluiu um determinado nível de ensino, mas se comporta como um dropout.³²

Identificar fatores que contribuem para a permanência ou evasão dos e das estudantes, nessa modalidade de ensino é algo a ser buscado constantemente. Dore e Luscher aborda a complexidade para identificação, por conta da semelhança das causas ligadas ao rendimento escolar, a evasão é induzida por um combo de causas relacionadas a estudantes, a família, a escola e a sua comunidade.

Em outra obra, as autoras identificaram alguns fatores que contribuem para a permanência do e da estudante nas instituições de ensino técnico, e uma conseqüente redução nos índices de evasão. Além de uma análise contextual das instituições, seja como referência a política educacional ou ao mundo do trabalho.

No caso, das e dos estudantes, que não concluíram o curso no ciclo, esses e essas permanecem com suas matrículas ativas na instituição, não sendo considerados evadidos e consideradas evadidas. No entanto, os retidos e as retidas têm a possibilidade de conclusão ou não do curso, que irá determinar o seu status final de matrícula.

Muitos pesquisadores da temática compreendem a evasão como um acontecimento gerado por diversas razões, envolvendo as dimensões econômica, política e social, que o e a estudante e as escolas estão inseridos e inseridas. Por ser um tema de muitas facetas, acontecendo de diversas formas, o torna um estudo de difícil compreensão.

Os pesquisadores Silva Filho e Araújo, também consideram que “a evasão é um processo muito complexo dinâmico e cumulativo de saída do estudante e pode ser vista como expulsão escolar”.³³ Portanto a evasão é gerada por vários fatores, de difícil solução e que têm levado o e a discente a serem excluídos do ambiente educacional.

³² DORE; LUSCHER, 2011, p. 775.

³³ SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. DE L. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis conseqüências.** Educação Por Escrito, v. 8, n. 1, p. 35-48, 29 jun. 2017. p. 35.

Na visão de Feitosa e Oliveira, a evasão ocorre, quando acontece a intermitência na formação do e da estudante na escola. Assim, acontece uma interrupção nos estudos e o evadido e a evadida não consegue concluir o curso iniciado. As autoras definem a “evasão como sendo a interrupção nos estudos em um dado momento escolar”.³⁴

Para Leal a evasão aflige todo um conjunto que envolve além da instituição e seus colaboradores e suas colaboradoras, a população. Sendo importante o acompanhamento do e da estudante, para verificar o seu engajamento, e o reconhecimento de sinais que possa culminar com a não conclusão de um curso iniciado.

Como proposição para amenizar os prejuízos ocasionados pela evasão, Favero, se refere à “[...] necessidade de um diálogo entre educadores e educandos, e entre os próprios educandos, a fim de gerar a motivação necessária para que o aluno se mantenha em um curso”.³⁵

A pesquisadora entende que vários fatores podem ser considerados para que ocorra a desistência, como depois de haver se matriculado constatar que o perfil do curso não era o que gostaria, problemas financeiros que o impedem de frequentar, falta de transporte, entre outros.

Na compreensão de Melo, quando o aluno ou a aluna abandona os estudos, a educação não cumpre com seus objetivos, dessa forma é preciso haver ações por parte dos diferentes setores envolvidos no processo, para se combater um dos graves problemas da educação, chamado evasão escolar. A autora ainda afirma que:

[...] a evasão também possui uma natureza complexa e multidimensional condicionada por características pessoais, sociais, econômicas e do sistema escolar, não podendo ser observada de forma isolada do contexto que a promove, bem como não deve ser encarada como consequência de uma decisão individual do educando, mas sim o reflexo de uma série de características ocorridas nos processos educativo, social e econômico do aluno evadido.³⁶

E Fini et.al., compreende que para a realização de uma investigação acerca da temática da evasão em todos os níveis de ensino, é preciso explorar todas as vertentes reveladas no evento, e suas dificuldades de compreensão. Na ótica dos autores:

³⁴ FEITOSA, M. da S. **Evasão na Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Reflexões e possibilidades de enfrentamento**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Salgueiro, 2020. p.49.

³⁵ FAVERO, R. V. M. **Dialogar ou evadir: Eis a questão! Um estudo sobre a permanência e a evasão na educação a distância**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. p. 6.

³⁶ MELO, A. F. **Uma análise sobre a evasão escolar no Curso Técnico em segurança do trabalho do Senai – Londrina**: proposta de ações interventivas. Dissertação. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR: Londrina/PR, 2018. p. 40.

Pesquisar o fenômeno do abandono em qualquer nível de ensino, seja para identificar e compreender suas principais causas, para reduzir taxas de abandono ou para elevar a escolarização dos jovens após o período de escolaridade obrigatória, requer o exame de múltiplas formas, através das quais o fenômeno se manifesta, bem como da sua complexidade.³⁷

Na mesma linha de pensamento, Machado afirma que para estudar as causas da evasão é preciso sensibilidade por parte do pesquisador, para que possa ter a compreensão das dificuldades e conexão entre os divergentes sujeitos envolvidos no processo, além de um conhecimento profundo do seu âmbito e das circunstâncias dessas ligações.

Mesmo com todas as garantias previstas em lei, o poder público encontra dificuldades para efetivar a democratização do ensino no Brasil. A evasão escolar se constitui em um dos maiores obstáculos enfrentados pela educação, e que pode gerar, um prejuízo incalculável para o evadido e a evadida, a família, a sociedade e o poder público. Os impactos gerados pela evasão podem afetar negativamente toda uma sociedade.

Pode-se constatar que a evasão foi analisada em diferentes aspectos e que continuarão sendo apresentados no decorrer do texto, mas que se faz necessário considerar a realidade presente de cada instituição.

3.3 AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Com o objetivo de reduzir os impactos negativos causados pelo fenômeno da evasão escolar na educação profissional, muitos pesquisadores e pesquisadoras têm elaborado propostas de intervenção para enfrentamento de um dos maiores e mais graves problemas do sistema educacional. Rosa e Aquino entende ser importante identificar as razões que levam a evasão, segundo os autores

Procurar identificar as causas que levam à evasão de alunos do ensino técnico é algo totalmente necessário, de início por dois motivos: por parte do aluno que tem seu direito constitucional de acesso e permanência à educação quebrado, e, de outro por parte do sistema educacional, que investe em recursos públicos para ofertar certo número de vagas e por fim quando o aluno decide sair do curso antes da conclusão, está sendo, por tanto, jogado fora todo o investimento que foi destinado aquela vaga.³⁸

³⁷ FINI; HIEJMANS; LUSCHER, 2013, p. 236.

³⁸ ROSA, A. H.; AQUINO, F. J. A. de. A evasão escolar na educação profissional técnica de nível médio: um olhar profundo sobre dois grandes vilões – a ausência de informações e a falta de identidade do ensino técnico. **Revista Sociedade e Desenvolvimento**, Itabira, MG, v. 8, n. 7, p. 1-13, mai. 2019. p. 7-8. Disponível em: <https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/1151>. Acesso em: 20 abr. 2021.

A família é considerada por muitos pesquisadores e muitas pesquisadoras, como um importante aliado no enfrentamento da evasão escolar, por contribuir significativamente no sucesso vida acadêmica. Autores como Silveira e Brittes, compreendem que em relação a família

É necessário ampliar e aperfeiçoar o olhar frente às famílias que fazem parte do todo escolar, ou seja, que os profissionais da educação tenham sensibilidade e conhecimento sobre os valores das famílias, não as julgando como desestruturadas ou incapazes de educar seus filhos.³⁹

Identificar as trajetórias e as razões geradoras da evasão escolar dos cursos de formação profissional, de nível médio é importante, pois, segundo Sales, “a evasão escolar é um fenômeno complexo, multifacetado, multicausal, associado a diferentes fatores, sejam individuais, sociais e/ou institucionais”.⁴⁰

No ano de 2011 com escopo de analisar as ações realizadas pelas instituições de ensino da rede federal, o TCU realizou auditoria com focos em quatro áreas, sendo uma delas a efetividade das ações de enfrentamento para a redução da evasão escolar na Rede Federal, justamente por entender que a formação técnica é importante para garantir uma qualificação profissional e, conseqüentemente, acesso a melhores trabalhos e às evoluções científicas e tecnológicas da população.

Dentre as redes públicas e privadas que recebem subsídios do Governo Federal para ofertar a Educação Profissional, o TCU elegeu a Rede Federal de Educação, composta pelos Institutos Federais para a realização da auditoria. Constatou a existência de um alto índice de evasão e retenção de estudantes das instituições, na educação técnica de nível médio e no ensino superior. Em resposta à constatação do TCU, a SETEC instituiu um grupo de trabalho no ano de 2013, com o escopo de elaborar um documento orientador, com capacidade de organização e de confrontar o problema do abandono e retenção na Rede Federal.

A elaboração do documento ocorreu de forma colaborativa, com o envolvimento das instituições de ensino e da SETEC, com a realização de encontros, formações e investigações, com a finalidade de classificar e diagnosticar os fatores da evasão e retenção, bem como propor planos para a superação do fenômeno. O documento é composto por,

³⁹ SILVEIRA, R. B.; BRITTES, L. R. A participação da família na escola: desdobramentos sobre a evasão escolar e a educação profissional e tecnológica na lógica neoliberal. **Educação Básica Revista**. v. 3, n. 1, p. 89-106, mai. 2017. p. 104. Disponível em: <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/REB/article/view/219/518>. Acesso em: 20 mar. 2021.

⁴⁰ SILVAS, J. A. **Evasão escolar na educação profissional: trajetórias e motivos que levam ao abandono definitivo ou temporário dos cursos técnicos de nível médio**. Dissertação de Mestrado em Educação Tecnológica. Belo Horizonte, CEFET/MG, 2018. p. 16.

um plano de ação composto por sete dimensões que abrangem o entendimento dos fenômenos da evasão e retenção e medidas para o seu combate, a formação de parcerias, o desenvolvimento da pesquisa e inovação, a inserção profissional dos estudantes, a distribuição de cargos e funções às instituições, a capacitação dos servidores e a avaliação de cursos de educação profissional e tecnológica.⁴¹

A finalidade do documento, de acordo com Brasil, é subsidiar os procedimentos da gênese dos planos de permanência e êxito da Rede Federal de Educação, com ênfase na identificação dos fatores geradores da evasão e retenção, e na implantação de políticas e atividades, proporcionando as condições necessárias para que concluam exitosamente seu processo formativo.⁴²

A proposta da SETEC é que “cada instituição da Rede Federal elabore e desenvolva um **Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção**”.⁴³ Com os objetivos e as intervenções previstas no PDI, e os resultados publicados no Relatório de Gestão da Instituição a cada ano.

Com o objetivo de delinear a construção dos planos estratégicos, a SETEC por meio de uma nota informativa, encaminhou às instituições da Rede Federal, orientações para que os planos contemplassem a identificação das causas da evasão e retenção, a política e as condutas administrativas e pedagógicas que proporcionem a permanência e êxito dos e das estudantes, levando em consideração as particularidades locais e regionais.

No documento foi estabelecido um cronograma a ser seguido pelas instituições, para a elaboração das etapas de construção do plano, mas na prática, constatou-se uma inobservância nas ações propostas, resultando na inexistência do plano de permanência e êxito dos estudantes em muitos Institutos Federais.

No IFAC, *Campus* Cruzeiro do Sul, uma equipe multidisciplinar, buscou realizar um estudo para constatar e entender os prováveis fatores que causam a evasão e retenção na Instituição. No entanto, o estudo foi paralisado pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), que simplesmente interrompeu o processo de construção, sem justificar os motivos.

⁴¹ BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica-MEC-SETEC**. Brasília, DF: 2014. p. 4. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em 22 mar.2020. Acesso em: 14 mar. 2021.

⁴² BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica-MEC-SETEC**. Brasília, DF: 2014. p. 4. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em 22 mar.2020. Acesso em: 14 mar. 2021.

⁴³ BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica-MEC-SETEC**. Brasília, DF: 2014. p. 4. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em 22 mar.2020. Acesso em: 14 mar. 2021.

Mesmo sem o plano estratégico, a instituição realizou ações com o objetivo de reduzir os índices de evasão e retenção. E assim, garantindo a permanência e êxito dos e das estudantes, ao longo dos anos. As discussões sobre a construção do Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes da instituição foi pautada no ano de 2021, pela PROEN e os Campi, mas não foram concluídas e aplicadas pela instituição, dessa forma a hipótese levantada referente a atender as recomendações apontadas pela realização da Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), em relação à redução da evasão dos e das estudantes dos Institutos Federais, que culminou com a produção de um documento norteador pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), não produziram efeitos positivos no combate a evasão.

No capítulo a seguir será descrito o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, o Campus Cruzeiro do Sul, o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária, e o Caminhar Metodológico.

4 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Esse capítulo abordará a legislação pertinente à educação, e em seguida descreverá o lócus da pesquisa, o *Campus* Cruzeiro do Sul e o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária, concluindo com a apresentação da metodologia proposta a pesquisa.

4.1 EDUCAÇÃO NA LEGISLAÇÃO

A Educação consta na Carta Magna Brasileira, como um dos direitos fundamentais da sociedade. O artigo 6º da Constituição define a educação, como direito social, juntamente com a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Dada a sua importância para o contexto social, a CF no Caput do Artigo 205, fala que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.⁴⁴

As instituições deverão ter como base os princípios elencados na CF (1988), para ministrar o ensino. Dentre eles podemos destacar:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade.⁴⁵

A LDB 9.394/1996, que tem a função de organizar o arcabouço da educação brasileira, levando – se em conta os conceitos presentes na CF. A LDB no art. 2º define que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais

⁴⁴ BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Art. 205. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 mar. 2020.

⁴⁵ BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Art. 206. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 mar. 2020.

de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.⁴⁶

O IFAC foi criado pela lei n 11.892/2008, que, “Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências”.⁴⁷ A referida lei, definiu ainda, as finalidades, os objetivos e as estruturas de funcionamento dos Institutos Federais.

A Instituição atualmente é composta por 06 *Campi*, distribuídos nas cinco regionais do Estado do Acre, localizado nas Cidades de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Rio Branco (dois *Campi*), Tarauacá e Xapuri, atendendo mais de 3.000 discentes nos cursos técnicos nas modalidades Integrado ao Ensino Médio, Integrado Proeja e Subsequente (presencial e a distância), e mais de 2.000 discentes em cursos superiores de licenciatura, tecnológico e bacharelado e 80 discentes de pós-graduação.⁴⁸

Alguns termos utilizados foram embasados no glossário da PNP, considerando que a Plataforma é a ferramenta disponibilizada pelo governo federal, que se destina à coleta, tratamento e publicização de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e que apresenta informações sobre as unidades que a compõem, cursos, corpo docente, discente e técnico-administrativo, além de dados financeiros.

4.2 O CAMPUS CRUZEIRO DO SUL

O *Campus* Cruzeiro do Sul, localizado na segunda cidade mais populosa do Estado do Acre, criado através da Portaria Ministerial nº 1.170/2010, iniciou suas atividades no ano de 2010, como um *campus* agrícola, com cursos desenvolvido nos eixos Recursos Naturais, Ambiente e Saúde e Ciências Exatas e da Terra.⁴⁹

O referido *Campus* oferta os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Agropecuária e Meio Ambiente, na forma Integrada, e Recursos Pesqueiros e Zootecnia, na forma Subsequente, ou Pós-Médio, e cursos FIC em Agricultor Orgânico e Conductor de

⁴⁶ BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9.394/1996**. Art. 2º. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf. Acesso em: 09 abr. 2020.

⁴⁷ BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. p. 1 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

⁴⁸ IFAC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**, 2020. p. 29.

⁴⁹ IFAC, 2020, p. 30.

Turismo em Unidades de Conservação. Na Educação Superior, oferta Cursos Superiores de Tecnologia em Agroecologia e Processos Escolares, e Licenciaturas em Física e Matemática.

O espaço físico da instituição consiste em salas de aula, laboratórios, auditório, biblioteca, estacionamento e ginásio poliesportivo. O quadro de servidores e servidoras é composto de 66 docentes, 45 técnico-administrativos, colaboradores terceirizados, e um número de aproximado de 1.246 discentes desenvolvem seus ofícios no *Campus*.⁵⁰

4.2.1 O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária

No primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013, constavam os cursos técnicos integrados em Agropecuária e Edificações, que seriam implantados na instituição, a partir do ano de 2010, com a oferta de 40 vagas por ano. No entanto, mesmo constando no PDI 2009-2013, o curso de Edificações não foi implantado.

Contudo, o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária foi criado por meio da Resolução CONSU/IFAC 11/2011, iniciando a oferta para os e as estudantes no primeiro semestre de 2011, com a duração de 04(quatro) anos, divididos em 08 semestres letivos, e a obrigatoriedade do estágio para a conclusão do curso, regulamentando as turmas que ingressaram no período de 2011 a 2016 no curso. Até o ano de 2019, o curso havia formado 10(dez) turmas de profissionais.

Durante o ano letivo de 2016, iniciou-se o processo de reformulação do PPC do Curso, tendo como uma das mudanças mais significativas, a redução do tempo de duração do Curso de 4 (quatro) para 3 (três) anos. Consta como justificativa da reformulação do PPC (2017) que:

desde 2013, gestão e docentes dos cursos integrados, inclusive de outros campi, vinham problematizando a necessidade de rever a duração dos cursos da modalidade e readequar a matriz curricular para 03 anos, considerando atender, entre outras, as seguintes necessidades: encurtar o tempo de formação dos estudantes, possibilitando um ingresso mais rápido no mercado de trabalho e/ou verticalização para o ensino superior, e diminuir os índices de evasão; bem como viabilizar a oferta de vagas para atender a um quantitativo maior de estudantes da modalidade, ao diminuir o tempo de permanência das turmas.⁵¹

Com a reformulação do PPC, o curso reduziu o tempo mínimo de integralização para 3 (três) anos, e a prática do estágio deixou de ser obrigatória. Os e as estudantes que

⁵⁰ IFAC, 2020, p. 30.

⁵¹ IFAC. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária – PPC**, 2017. p. 13.

ingressaram no curso a partir do ano de 2017 foram regidos e regidas pelo novo documento, concluindo a formação no ano letivo de 2019.

O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária compõe o Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, é desenvolvido no formato integrado, na modalidade presencial, funcionando nos turnos, matutino, no horário das 07h à 12h15, e duas vezes por semana, no vespertino, das 13h30 às 17h50. Atualmente, conta com cinco turmas, possuem 150 discentes matriculados, sendo 71 no primeiro ano, 34 no segundo ano e 45 no terceiro ano.⁵²

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) afirma que o Curso de Agropecuária ao longo dos anos recebeu várias denominações, como: “Agrícola com habilitação em Agropecuária; Agropecuária com habilitação em Agropecuária; Pecuária; Produção Agropecuária”.⁵³

O foco do estudo em questão, é o ensino médio integrado que tem como pré-requisito, para ingresso no curso, ter concluído o ensino fundamental. Além disso, ter idade máxima de 17 anos, no ato da matrícula, de acordo com o PPC do Curso.

Após a conclusão desse curso, o e a profissional estará habilitado e habilitada a exercer inúmeras funções relacionadas à atividade agropecuária em propriedades e estabelecimentos comerciais, como prevê o CNCT. Dentre, as funções que podem ser desempenhadas pelo Técnico em Agropecuária, destacamos as seguintes:

Planejar, organizar, dirigir e controlar a produção agropecuária de forma sustentável, analisando as características econômicas, sociais e ambientais. [...] Aplicar práticas sustentáveis no manejo de conservação do solo e da água. [...] Administrar e gerenciar propriedades rurais. [...].⁵⁴

O Curso Integrado em Agropecuária tem a finalidade de proporcionar uma formação mais robusta aos e as jovens, os e as qualificando para o enfrentamento das adversidades presentes no mundo contemporâneo, e ao mesmo tempo os e as transformando em protagonistas dos seus destinos. Sendo o objetivo geral, de acordo com o PPC:

Formar técnicos de nível médio em agropecuária com competência profissional e preparação humanística para o exercício pleno da cidadania, tendo por base valores éticos e conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais, históricos e culturais que lhes proporcionem uma visão de mundo empreendedora e socialmente

⁵² IFAC. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmica**. Campus Cruzeiro do Sul, 2020.

⁵³ BRASIL, Ministério da Educação. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. p. 408. 4ª edição. Brasília. 2021. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

⁵⁴ BRASIL, Ministério da Educação. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. p. 405. 4ª edição. Brasília. 2021. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

comprometida, gerando autodesenvolvimento do ser e inserção proativa deste na realidade social, cultural e ambiental.⁵⁵

Assim, consta na ODP 2018 que o PPC “é o principal instrumento que expressa a concepção, a estrutura do curso e os parâmetros para a ação educativa e administrativa de cada curso, devidamente aprovado pelo Conselho Superior”.⁵⁶

O Curso de Agropecuária é ofertado anualmente, com a duração mínima de 3 (três) anos, composta por 64 componentes curriculares e uma carga horária de 3.660 horas, com 2.460 horas destinada a Educação Básica e 1.200 horas para a área técnica.⁵⁷ O total de horas de aula distribuído pela quantidade de dias letivos, leva a conclusão que o e a docente estudava em média 6,1 horas por dia para concluir o curso.

O Curso está em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica Profissional de Nível Médio (DCNETPNM), estabelece a carga horária mínima para os cursos técnicos integrados com projeto pedagógico único, em seu art. 27.

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma articulada com o Ensino Médio, integrada ou concomitante em instituições de ensino distintas com projeto pedagógico unificado, têm as cargas horárias totais de, no mínimo, 3.000, 3.100 ou 3.200 horas, conforme o número de horas para as respectivas habilitações profissionais indicadas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, seja de 800, 1.000 ou 1.200 horas.⁵⁸

Com a publicação da Resolução CONSU/IFAC 001/2018, foi estabelecido que a carga horária dos Cursos Integrados deve obedecer ao mínimo previsto nos documentos legais, prevendo um aumento de no máximo 10%, mediante justificativa.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EPT, publicadas no ano de 2021, estabeleceu a carga horária mínima de 3.000 horas, para os projetos pedagógicos dos cursos unificados da formação técnica e geral. Fixando a carga horária máxima de 1.800 horas para os Componentes Curriculares da BNCC e a carga horária mínima prevista no CNCT para habilitação técnica profissional.

O e a estudante do Curso em Agropecuária nos anos de 2017 e 2018, quando de aula no contraturno, tinha a opção de fazer a refeição no *Campus* ou nas proximidades da instituição. Ambos os lugares forneciam alimentação no sistema de prato feito, com preço

⁵⁵ IFAC, 2017, p. 14.

⁵⁶ IFAC. **Resolução CONSU/IFAC N 001, de 15 de janeiro de 2018**. Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. p. 37.

⁵⁷ IFAC, 2017, p. 33-37.

⁵⁸ BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, 2012. Art.27. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 mar. 2021.

acessível. Para isso, todos os e todas as estudantes dos cursos integrados, recebiam o auxílio permanência, que de acordo com o PDI, objetivava ajudar no custeio das despesas decorrentes do ensino, dentre elas, a alimentação.

Com a implantação da alimentação escolar no ano de 2019, os e as estudantes dos cursos integrados que necessitavam permanecer no contraturno, recebiam a alimentação gratuita. Mesmo assim, o auxílio permanência continuou sendo pago para o custeio das demais despesas.

4.3 O CAMINHAR METODOLÓGICO

Esta pesquisa quanto aos procedimentos foi documental, considerando que estará embasada em dados coletados e analisados em documentos. Segundo Severino, a pesquisa documental:

é caracterizada por materiais que não passaram por um tratamento analítico; a pesquisa documental precisa ser realizada para esclarecer as questões do objeto em estudo, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.⁵⁹

Quanto à abordagem é uma pesquisa qualitativa, considerando que foram coletados dados, documentais, objetiva-se interpretar e analisar as informações dos documentos pesquisados.

A abordagem qualitativa para Creswell⁶⁰, utiliza distintas formas de argumentação na produção de conhecimento, com técnicas de observação e procedimento de coleta e tratamento das informações.

As características da abordagem qualitativa, apresentado por Triviños baseado nas contribuições de Bogdan são:

1^a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave. 2^a) A pesquisa qualitativa é descritiva. 3^a) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto. 4^a) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente. 5^a) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.⁶¹

⁵⁹ SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. p. 123.

⁶⁰ CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. p. 35. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

⁶¹ TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.p. 128-130.

Contribuindo positivamente na construção de conhecimento para uma melhor compreensão das ações educacionais, a abordagem qualitativa possibilita uma análise integral da problemática. Nesse sentido, Gatti e André, afirmam que o:

O uso dos métodos qualitativos trouxe grande e variada contribuição ao avanço do conhecimento em educação, permitindo melhor compreender processos escolares, de aprendizagem, de relações, processos institucionais e culturais, de socialização e sociabilidade, o cotidiano escolar em suas múltiplas implicações, as formas de mudança e resiliência presentes nas ações educativas.⁶²

Um das contribuições da abordagem qualitativa para as pesquisas em educação, de acordo com Gatti e André (2010), é permitir a compreensão mais profunda dos processos de produção do fracasso escolar, um dos grandes problemas na educação brasileira, que passa a ser estudado sob diversos ângulos e com múltiplos enfoques; [...] ⁶³. O que condiz com o que essa pesquisa se propôs considerando a realidade do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária do *Campus* Cruzeiro do Sul, do IFAC.

Para a realização da pesquisa foi solicitada e recebida à autorização do *Campus* Cruzeiro do Sul, mediante apresentação do projeto com identificação das informações documentais necessárias para a realização da pesquisa.

A coleta das informações pertinentes aos estudos nos documentos internos do *Campus* Cruzeiro do Sul foi realizada mediante o Apêndice A, do requerimento de acesso as informações dos evadidos e das evadidas, disponibilizado pelo pesquisador e encaminhado à instituição, e que a instituição disponibilizou sem a identificação nominal do evadido e da evadida, e assim foi mantido o anonimato do público objeto da pesquisa.

Dentre as informações solicitadas presentes no Apêndice A, não foram disponibilizadas o acesso ao Questionário Socioeconômico, às informações solicitadas da Coordenação do Curso de Agropecuária e do Núcleo de Assistência Estudantil referente aos evadidos e as evadidas.

Mesmo assim, foi possível coletar a relação dos e das estudantes dos cursos integrados que receberam auxílio permanência no site institucional e junto a DSAES. A planilha de Rendimento Anual e a Ata Final do Conselho de Classe foram disponibilizadas

⁶² GATTI, B. e ANDRÉ, M.. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Tradução. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. . Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002133855>. Acesso em: 30 jul. 2022. p. 9.

⁶³ GATTI, B. e ANDRÉ, M.. 2010. p. 9.

pela COTEP. Além disso, conseguimos acesso à planilha do SISTEC dos e das estudantes que ingressaram no ano de 2017, e concluíram o tempo mínimo do curso em 2019.

Os documentos públicos disponíveis nos sites institucionais, de livre acesso que fazem parte da pesquisa, colaboram para uma análise minuciosa e possibilitam uma melhor compreensão da ocorrência do estudo.

Fazem parte do arsenal de documentos da Instituição os seguintes: o PDI 2014-2019; o PPC do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária; a ODP 2013 e a ODP 2018; a Resolução nº 146/2013 do Conselho de Classe; o Relatório de Gestão de 2017 a 2019.

Foram utilizados documentos de âmbito nacional, como a CF; Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio; Lei nº 11.892, de 29 dezembro de 2008; Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; a PNP e o SISTEC.

Esta pesquisa utiliza a Análise de Conteúdo, que segundo Bardin é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.⁶⁴

A categorização das informações dos documentos pesquisados utilizou como referência a obra de Laurence Bardin, a qual organiza pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.⁶⁵ E as categorias foram definidas no decorrer da pesquisa considerando os documentos que foram analisados realizando a triangulação entre eles.

A pré-análise ocorreu após coleta e organização dos dados, objetivando conhecer os fatos para definir as informações pertinentes à pesquisa, possibilitando formular hipótese e objetivos, e assim definir os indicadores que possibilitaram a interpretação do material.

No decorrer da exploração do material foram compilados e analisados os conteúdos, que após interpretação levou aos resultados.

A população do estudo foi composta pelos e pelas estudantes do Curso Integrado em Agropecuária que ingressaram no IFAC, *Campus* Cruzeiro do Sul, no ano de 2017 e que finalizaram no tempo mínimo de integralização curricular no final do ano de 2019. A definição na escolha do público da pesquisa, aconteceu em razão da alteração do cronograma

⁶⁴ BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016. p. 48.

⁶⁵ BARDIN, 2016, p. 125.

de conclusão das turmas, por conta da pandemia do coronavírus, considerando que o marco temporal da pesquisa incluiu o ano de ingresso até o ano de integralização.

A seguir descrevo onde foi realizada a pesquisa documental e o que foi analisado em cada um deles, considerando o foco da pesquisa:

Da PNP, foi extraída a definição de evasão, e os índices de evadidos e evadidas dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Agropecuária, do IFAC e dos Institutos Federais da Região Norte.

No Relatório SISTEC, coletou-se o quantitativo de matriculados; status dos ingressantes no curso pesquisado ao final do ano de 2019; o ano em que ocorreu a evasão. Quanto ao status foi classificado em: concluído (concluídos e integralizados), retenção (em curso) e a evasão conforme definição da Rede Federal (abandono, desligado e transferido). Além disso, foram coletados os dados por ano do curso de agropecuária, relativo ao número de inscrito no processo seletivo, vagas ofertadas, número de matrículas efetividades no sistema, número e porcentagem de concluintes, de estudantes retidos e retidas, e de evadidos e evadidas.

Para conhecer melhor quem são os e as estudantes, foco desta pesquisa, foi coletado na Coordenação de Registro Escolar (COREG), do *Campus* Cruzeiro do Sul, os documentos investigados foram a ficha de matrícula, onde foi analisado todos os elementos que constavam nela: a idade de ingresso, gênero, etnia, cidade da residência, localização da residência, a necessidade de atendimento especializado; o Histórico Escolar do Ensino Fundamental, objetivando identificar a existência de reprovação, analisando o ano de conclusão, instituição de conclusão, localização da escola, modalidade de ensino.

No Formulário de Justificativa de Transferência foi verificada a versão do evadido e da evadida sobre o seu desligamento da instituição e, assim, proceder a uma análise combinando métodos de abordagem mista sobre a temática da evasão. E realizado um levantamento dos e das estudantes contemplados e contempladas com auxílio permanência, no site e DSAES.

Na COTEP, coletaram-se as informações das atas dos conselhos finais e planilhas das turmas de Agropecuária, foco do estudo, referente aos anos letivos de 2017, 2018 e 2019. Identificando os e as estudantes objetos de avaliação pelo Conselho de Classes, de acordo com os documentos vigentes e suas deliberações.

Na ODP foram averiguadas as ações didáticas que colaboram para a permanência e êxito dos e das estudantes, no PDI 2014-2019, as políticas de combate à evasão já

implementadas, bem como as planejadas para serem efetivadas pela instituição. E no relatório de gestão dos anos de 2017, 2018 e 2019, foram identificadas as políticas e ações implementadas para combater a evasão escolar no instituto.

Dessa forma, esta pesquisa contempla o período temporal do estudo do ciclo da turma, onde foram analisados documentos e ações institucionais para identificar, a realidade da evasão escolar no Curso Integrado em Agropecuária.

O capítulo seguinte apresentará os dados coletados e as análises das informações conforme o objetivo da pesquisa.

5 PANORAMA DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados os dados coletados e as análises dos fatores que contribuem para a evasão no ambiente escolar do Curso Integrado em Agropecuária, bem como as propostas e ações institucionais, que foram implementadas como objetivo de reduzir os índices de evasão no IFAC.

A Rede Federal utiliza o SISTEC para registrar e publicizar as informações dos cursos técnicos ofertados, incluindo informações sobre as matrículas, assiduidade e conclusão. Todos os estudantes matriculados são inseridos e todas as estudantes matriculadas são inseridas no sistema, que passa a ser alimentado com as informações referentes ao status atualizado, todas as vezes que houver mudanças. Assim, todos os e todas as estudantes que efetivam a matrícula, mas que não concluem o curso, seja por abandono, transferência interna e externa ou desligamento da instituição, são considerados evadidos e consideradas evadidas no sistema.

No SISTEC, no ano de 2017, foram efetivadas 81 novas matrículas de estudantes no Curso Integrado em Agropecuária. Destes matriculados e destas matriculadas, no final do ano letivo de 2019, conseguiram concluir o curso no tempo mínimo de integralização curricular, um total de 37 estudantes. Evadiram-se da instituição 37 estudantes e 7 permaneceram retidos e retidas.

5.1 PROPOSTAS E AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

No presente texto apresentamos as propostas e ações de permanência e êxito presentes no PDI 2014-2019, na ODP 2013 e na ODP 2018, no PPC do Curso Integrado em Agropecuária do *Campus* Cruzeiro do Sul e na Resolução nº 162/2013, do IFAC. E os Relatórios de Gestão, correspondem ao recorte temporal da pesquisa, identificando as ações de combate à evasão inseridas nos documentos institucionais, se foram efetivadas e se outras ações não previstas, foram implantadas.

5.1.1 Ações de combate a evasão previstas no PDI 2014-2019

No PDI 2014-2019, consta o planejamento das ações a serem executadas no período de sua vigência. Inicialmente para a construção da identidade pedagógica do ensino no IFAC, a meta principal é “Construir uma gestão de ensino democrática, participativa, solidária,

inclusiva e colaborativa”.⁶⁶ Que poderá ser alcançada por meio de ações como “Construir um modelo de gestão do ensino democrática, solidária, colaborativa e participativa, no qual todos os atores sejam protagonistas do fazer educativo na Instituição”.⁶⁷

Para transformar uma Instituição de ensino em um ambiente mais humano e atender as ações propostas no PDI, a espiritualidade tem uma importância significativa, pois fortalece o laço entre a instituição (docentes e técnicos) e estudantes e entre estudantes e estudantes, tornando o ambiente harmônico e propício ao processo de aprendizagem. Contribuindo para uma redução nos índices de evasão, pois na visão de Costa, “a espiritualidade transmite ao indivíduo segurança emocional e psíquica, satisfação por ser percebido como um ser valoroso do ponto de vista espiritual e, por conseguinte intelectual”.⁶⁸

No planejamento da Assistência Estudantil descrito no PDI 2014-2019, constam as ações a serem implementadas na instituição no espaço temporal do documento. Em conexão com o desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Dentre as ações que contribuem para a permanência e êxito dos e das estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, estão:

Avaliar a efetividade das ações previstas e reformular o documento; Garantir o fardamento para 100% dos alunos matriculados anualmente; Alimentação para 100% dos alunos do Integrado e PROEJA; Elaborar os instrumentos de coleta e tratamento de dados; Implementar a rotina de acompanhamento; Realizar o planejamento das ações junto aos campi e pró-reitorias; [...] Implantação das bolsas de monitoria; Conceder auxílio para deslocamento e participação dos discentes nas oficinas, torneio e campeonatos; [...] Implantar as bolsas atleta; Prover auxílio aos discentes para participação nas seletivas dos jogos locais, estaduais, regionais e nacionais; Prover auxílio aos discentes para participação anual da Mostra de Cultura; Realizar seminários dos diferentes tipos de organização estudantis; Promover seminário IFAC CIDADÃO em todos os campi; Apoiar a realização da semana de consciência negra junto aos campi.⁶⁹

A política de ensino do IFAC, propõem ser consolidada com a implementação de ações que ofereçam uma formação de excelência para todos e todas, levando em consideração todos os vieses possíveis. Assim, o ensino deverá de acordo com o PDI “se alicerçar nas relações dialógicas, éticas e inclusivas, considerando as diversidades culturais e sociais, comprometendo-se com a formação cidadã e democrática”.⁷⁰

⁶⁶ IFAC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**, 2016, p. 24.

⁶⁷ IFAC, 2016, p. 24.

⁶⁸ COSTA, Q. da. **Reflexões sobre a Espiritualidade nas Organizações**. In. X Congresso Nacional de Excelência em Gestão. 2014, Rio de Janeiro. p. 6. Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0381_17.pdf. Acesso em: 02 nov. 2021.

⁶⁹ IFAC, 2016, p. 34-35.

⁷⁰ IFAC, 2016, p. 65.

Para alcançar a educação almejada, é essencial lidar com referências, dentre elas, encontra-se no PDI 2014-2019:

[...] implementação de diretrizes que orientem a atualização e o redimensionamento curricular periódico dos cursos nos *campi*, em sintonia com a dinâmica das necessidades locais e regionais; [...] Promoção de avaliação diagnóstica, formativa e somativa do processo ensino aprendizagem para a verificação/acompanhamento e avanço do nível de aprendizagem dos alunos. Implementação de planejamento coletivo interdisciplinar, bem como formação pedagógica continuada para os docentes; Implantação de política de nivelamento para todos os níveis e modalidades de ensino; [...] Implantação e atualização constante da política de assistência ao educando, que assegure sua permanência na instituição; [...].⁷¹

Para atender o preceito constitucional, quanto ao exercício da cidadania, igualdade e dignidade dos seres humanos. O IFAC através das políticas de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, proporcionará práticas abrangente para todos os e todas as estudantes, nas seguintes finalidades:

I Promover o acesso, a permanência e a conclusão de cursos, com vistas à inclusão social e democratização do ensino; II Criar programas de auxílio e acompanhamento aos educandos objetivando a prevenção dos índices de retenção e evasão; III Promover a inclusão social fomentando igualdade de oportunidades entre os discentes; IV Estimular a formação integral, a criatividade, a reflexão crítica, a inserção nas atividades e fomento nas ações, culturais, esportivas, artísticas, político, científicas e tecnológicas; [...] Promover o acesso, a participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação; [...].⁷²

O PDI 2014-2019 estabelece que a Instituição “deverá garantir aos grupos em desvantagem social, condições especiais para que possam concorrer em patamares mais próximos da igualdade”.⁷³

No PDI vigente, a permanência e êxito dos e das estudantes da instituição, é definido por suas diretrizes quando versa que “o estímulo à permanência do aluno deve ser uma preocupação constante da Instituição, visando alcançar sua função social, como Instituição de Educação”.⁷⁴

Assim, a composição de uma equipe formada por profissionais nas áreas da pedagogia, assistência social e psicologia, se faz necessária para a supervisão e o controle no desenvolvimento dos e das estudantes, que apresentem dificuldades no seu percurso escolar, viabilizando mecanismos para a superação dos obstáculos, garantindo a permanência e êxito no IFAC.

⁷¹ IFAC, 2016, p. 65-66.

⁷² IFAC, 2016, p. 79.

⁷³ IFAC, 2016, p.103.

⁷⁴ IFAC, 2016, p. 104.

O nivelamento é uma possibilidade concreta, e prevista no PDI 2014-2019 que pode ser realizada nas turmas dos cursos integrados, após a identificação de deficiência de conteúdo, apresentada em análises realizadas pelos docentes, no decorrer do processo educativo na instituição. O nivelamento (com prioridade nas disciplinas de Português e Matemática) pode ser ofertado por meio de ações educativas, que auxiliam os e as estudantes a superarem as dificuldades. No entanto, durante o período do estudo a ação não foi efetivada.

A DSAES, é o setor responsável pela Política de Assistência Estudantil, que em parceria com Pró-Reitorias e Campi, realizam a implementação e controle de programas para garantir a permanência e êxito preferencialmente dos discentes do IFAC, oriundos da rede pública de educação básica, e com renda de até 1,5 salários-mínimos.

São objetivos da Política de Assistência Estudantil, viabilizar o ingresso, a permanência e a formação exitosa dos e das estudantes, por meio de uma educação integral que seja inclusiva, e trabalhe todas as dimensões humanas, formando sujeitos criativos e reflexivos, capazes de contribuir com a transformação do mundo, em um ambiente melhor e mais humanizado.

A DSAES estabeleceu as modalidades de apoio educacional e monetário, destinadas aos e as estudantes da instituição. Dentre as modalidades, o apoio pedagógico oportuniza para os e as discentes, as visitas técnicas e aulas práticas, e ajuda de custo, no valor de R\$ 120,00, pago por dia no período do estudo para possibilitar a participação dos e das estudantes em atividades externas, que contribuam com a sua formação significativamente. A distribuição de blusas de uniforme para os e as estudantes da instituição, também é uma ação já consolidada.

A Instituição implantou novas modalidades de auxílio por meio de programas, previstos no PDI 2014-2019: Bolsa Atleta, Monitoria, Alimentação Escolar para os e as estudantes da Educação Básica. Além de implantar a Bolsa Cultura e o Programa de Monitoria Especial.

O Programa de Apoio Socioeconômico, na modalidade de Auxílio Permanência de acordo com o PDI 2014-2019, através de uma concessão financeira mensal contemplou todos os e todas as estudantes foco da pesquisa que pleitearam o auxílio.

5.1.2 O Conselho de Classe e as ações previstas nas Organizações Didático-Pedagógicas do IFAC para combater a evasão escolar

As instituições de ensino contam em seu rol de documentos com a sua Organização Didático-Pedagógica, que é o documento norteador e balizador do desenvolvimento do ensino

nas instituições. A ODP é balizada nas legislações vigentes, nas normas do Conselho Nacional de Educação e nos documentos internos da instituição.

No recorte temporal do estudo, o IFAC foi regido por duas Organizações Didático-Pedagógicas. Até o ano de 2017 vigorou a Resolução IFAC 162/2013, e a partir de 2018, a Resolução CONSU/IFAC 001/2018. A finalidade da ODP é, “orientar e reger os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos relativos aos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”.⁷⁵

A primeira ODP, não abordava informações sobre o Conselho de Classe. Assim, a Resolução CONSU/IFAC 146/2013, foi o documento base que regulamentou o funcionamento, a organização e a competência do Órgão Colegiado até a conclusão do ano letivo de 2017.

A Resolução definia o Conselho de Classe como “o órgão responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos Integrados, Subsequentes e PROEJA de nível Médio”.⁷⁶ E afirmava que na análise dos e das estudantes o Conselho de Classe devia considerar: “I – O nível de participação e de interesse nas atividades escolares; II - Aproveitamento escolar global; III – O aproveitamento por componente curricular.”⁷⁷

Com a publicação da Resolução CONSU/IFAC 001/2018, que revogou a Resolução IFAC162/2013, o Conselho de Classe ganhou novos elementos para subsidiar suas decisões. Dentre os novos elementos, a progressão parcial foi uma das ações mais significativa proposta pela instituição que contribuiu para a permanência e êxitos dos e das estudantes.

A oferta é definida pelos Campi, consoante a proposta prevista no PDI, bem como a disponibilidade de recursos humanos e logísticas para atendimento das demandas. Levando em conta que, para o ingresso no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, o e a estudante deve ter no máximo 17 anos.

A forma de ingresso dos e das estudantes aos cursos técnicos integrados ofertados pelo IFAC, é através de concurso público com critérios unificados, regidos por meio de edital, para selecionar e definir a posição dos aprovados e das aprovadas, submetidos e submetidas à avaliação do processo seletivo. Quando a oferta não é preenchida, é realizado um novo

⁷⁵ IFAC, 2018, p. 13.

⁷⁶ IFAC. **Resolução Nº 146, de 12 de julho de 2013.** Regulamenta a organização, o funcionamento e as atribuições do Conselho de Classe – CoC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC. p. 3.

⁷⁷ IFAC, 2013, p. 3.

processo simplificado para o preenchimento das vagas ociosas, obedecendo às normas institucionais.

No IFAC, os e as estudantes poderão ter a matrícula cancelada de duas formas, de acordo com os Incisos I e II do Artigo 81 da ODP: a voluntária, quando requerida pelo estudante; e a compulsória, por meio de ação administrativa institucional. Em ambas, ocorre o rompimento do vínculo entre o ou a estudante e a instituição. Para os e as estudantes menores de idade, o cancelamento voluntário deve ser solicitado pelo responsável legal.

Para a ODP 2013, os e as estudantes dos cursos integrados deveriam realizar somente a matrícula inicial, na sequência do curso a renovação era realizada automaticamente. No entanto, a ODP 2018, além da matrícula institucional, passou a exigir a cada período letivo, a renovação da matrícula curricular, confirmada pelos pais, pelas mães ou responsáveis presencialmente na instituição. Dessa forma, ao contrário do documento da ODP de 2013, na ODP de 2018, o ou a estudante que não renovou a matrícula nos períodos determinados, passa a ser considerado evadido e considerada evadida.

O ou a estudante pode solicitar a transferência por meio de formulário específico, junto ao registro escolar, anexando a declaração de existência de vaga na escola futura e o nada consta da biblioteca do IFAC. A instituição deve entregar o documento de transferência, em até 15 dias, após a formalização do pedido. A evasão é contabilizada no ano de expedição do documento.

A ODP estabelece que para iniciar um curso técnico é necessário que o PPC esteja em conformidade com a legislação, e os documentos vigentes do IFAC, e aprovados na íntegra pelo Conselho Superior.

A realização de reunião com os pais, as mães e responsáveis dos e das estudantes dos cursos integrados, a cada bimestre. É uma ação que aproxima a comunidade da instituição, servindo como um espaço de diálogo. A participação é obrigatória, a ausência deve ser justificada no prazo, e em caso extremo, o *Campus* notificará o ou a ausente e comunicará o fato ao conselho tutelar.

O ano letivo no Curso Técnico Integrado é composto por 4 (quatro) bimestres. Onde os e as estudantes para serem aprovados e aprovadas precisam alcançar a média 7,0 em cada componente curricular. Caso, não consiga alcançar os pontos necessários para aprovação, o e a estudante tem o direito de realizar a prova final, desde que tenha frequência mínima de 75%. Para ser aprovado e aprovada, o e a estudante precisa obter média mínima de 5,0 no exame final.

O Conselho de Classe no ano de 2018, interpretou os documentos vigentes, considerando a análise de estudantes reprovados e reprovadas em no máximo três componentes curriculares. E no ano seguinte houve outra interpretação, analisando os e as estudantes com no máximo duas reprovações.

No geral, a participação do Conselho de Classe no período analisado, independente da interpretação, da normatização, de acordo com o quadro 9 no apêndice B, contribuiu para 20 aprovação, e 7 progressões parcial de estudante, minimizando as reprovações.

5.1.3 Ações de combate à evasão previstas no PPC do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária

No estado do Acre a oferta de assistência técnica do governo ou da iniciativa privada aos produtores é inferior à média nacional. Dados do IBGE 2011 apontam que no Acre, a assistência alcança 9,96%, e no país atinge 24,03%. Por conseguinte, a necessidade por profissionais qualificados e qualificadas tende a ascender nos anos vindouros.

O *Campus* Cruzeiro do Sul, do IFAC abrange a Região do Vale do Juruá, composta de cinco municípios, e com uma população estimada em 131.396 pessoas. Em termos econômicos e populacionais, a região fica atrás da Região do Baixo Acre, onde fica o centro administrativo do Estado. Segundo dados do IBGE, em 2010 ocorreu o avanço nas cadeias de produção da Região do Vale do Juruá com a entrada de programas que viabilizam a produção sustentável. A agropecuária e a agricultura familiar se destacam como as principais atividades produtivas da região.

Por esse motivo o Curso de Agropecuária colabora com a formação de profissionais para atender as demandas produtivas, diversificando as culturas e mantendo as aptidões locais permitindo a empregabilidade e a melhora das rentabilidades dos produtores da região. O PPC reafirma a importância da formação,

em razão de oferecer aos egressos do ensino fundamental uma nova possibilidade de formação geral e perspectiva de inserção no mercado de trabalho, ao articular educação humanística e técnica, visando formar profissionais capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia no meio rural, de modo a satisfazer as necessidades prementes, a partir de uma atitude proativa e cidadã frente aos desafios que se impõem a uma produção sustentável que garanta a segurança alimentar e a promoção social das populações rurais locais.⁷⁸

A instituição propõe uma formação humanística aliando a formação técnica e de cultura geral com o auxílio da tecnologia para que os egressos e as egressas tenham a

⁷⁸ IFAC, 2017, p. 12.

capacidade de compreender e dinâmica dos acontecimentos, e prepara-se para enfrentar com sabedoria e ética, os desafios impostos pela sociedade moderna. Nesse sentido objetivo geral do curso previsto é,

Formar técnicos de nível médio em agropecuária **com competência profissional e preparação humanística para o exercício pleno da cidadania, tendo por base valores éticos e conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais, históricos e culturais** que lhes proporcionem uma visão de mundo empreendedora e socialmente comprometida, gerando autodesenvolvimento do ser e inserção proativa deste na realidade social, cultural e ambiental.⁷⁹

A política de ensino prevista no PPC é embasada nas interações sociais, nos princípios morais e na inclusão dos e das estudantes no ambiente educacional. Fazendo a pactuação de respeitar as diferenças culturais e sociais, proporcionando uma formação humana integral com os e as estudantes sendo sujeitos da sua própria história, e espiritualizados.

Indivíduo espiritualizado, segunda Costa, é:

propulsor de resultados e se torna automotivado, mostrando cada vez mais empenho, o qual resulta no esforço por maior produtividade, pela perfeição no cumprimento de seus afazeres, porque o nível de sua satisfação e lealdade aumenta de forma exponencial quando percebe que está cumprindo sua missão de forma honrosa.⁸⁰

Abordar a espiritualidade em uma instituição de ensino é possível considerando “a teologia para além do campo religioso explícito e institucionalizado”⁸¹. O autor confirma essa possibilidade, quando afirma que “fazer Teologia a partir do cotidiano, da cultura, da cultura pop, da mídia, ou seja, pensar a teologia prática, não apenas a partir da prática da igreja, mas a partir da prática das pessoas nas suas vidas individuais, cotidianas, midiáticas”⁸²

Essa ideia corrobora com o que afirma Puntel e Adam que será possível “encontrar na espiritualidade humana um espaço de resiliência, de enfrentamento, de autoconhecimento”.⁸³

A espiritualidade pode ser uma possibilidade para que o e a estudante se sinta parte da instituição considerando que o sentimento de pertencimento contribui para que ele ou ela

⁷⁹ IFAC, 2017, p. 14.

⁸⁰ COSTA, 2014, p. 7.

⁸¹ ADAM, J. C. Teologia em movimento: perspectivas da teologia prática como hermenêutica da religião vivida a partir do cinema brasileiro. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, jan./jun. 2018. p.116.

⁸² ADAM, 2018, p. 116.

⁸³ PUNTEL, C.; ADAM, J. C. Mindfulness e Espiritualidade como Estratégia de Enfrentamento em Situações de Crise. **Estudos Teológicos**. São Leopoldo, v. 61, n. 1, p. 239-255 jan./jun. 2021. p.240.

permaneça nela, ponderando a “espiritualidade sendo abordada de forma abrangente, como uma dimensão intrínseca do ser humano”.⁸⁴

Essa possibilidade pode ocorrer com os estudantes, pois segundo Adam e Puntel

A espiritualidade desenvolvida com adolescentes e jovens no âmbito das comunidades da fé ou a partir delas, deverá ser radicalmente repensada, criando espaços de reflexão, espaços de relações de amizade, de vivências significativas e desenvolvimento de habilidades emocionais, relacionais e sociais.⁸⁵

Segundo o antropólogo André Droogers a “espiritualidade tem a ver com o todo da vida humana”.⁸⁶ Afirma ainda que “Espiritualidade tem a ver com a vida cotidiana, com o trabalho, com nossos costumes, com a maneira como nos vestimos, com aquilo que comemos, como tratamos o nosso corpo e nossa sexualidade, como nos relacionamos com as pessoas e com o ambiente onde estamos [...]”.⁸⁷

O PPC prevê as políticas de apoio ao e a estudante e destaca as políticas de assistência estudantil e educação inclusiva. Nos Campi as ações dos programas de auxílio permanência são desenvolvidas pelo NAES, vinculadas a Direção de Ensino e a DSAES. Ao que se refere à assistência estudantil, através da DSAES, “está voltada exclusivamente para o aluno priorizando a permanência e conclusão de cursos”⁸⁸, com “ações capazes de dar suporte pedagógico, psicológico e de assistência social, visando promover a inclusão e a formação profissional e cidadã dos discentes”.⁸⁹

Segundo o PPC:

Programa de Apoio Socioeconômico, na modalidade de auxílio permanência que consiste em um repasse financeiro mensal aos discentes que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para que através deste seja suprida as demandas no tocante ao custeio do transporte, alimentação e compra de material didático.⁹⁰

A Educação Inclusiva tem o NAPNE como órgão de assessoramento e que desenvolve ações que propiciem a inclusão das pessoas que necessitam de atendimentos educacionais especializados. Contribuindo na “implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos alunos com necessidades educacionais específicas”⁹¹

⁸⁴ DROOGERS, A. Espiritualidade: o problema da definição. In: PUNTEL, C.; ADAM, J. C. Mindfulness e Espiritualidade como Estratégica de Enfrentamento em Situações de Crise. **Estudos Teológicos**. São Leopoldo, v. 61, n. 1, p. 239-255 jan./jun. 2021. p. 252.

⁸⁵ ADAM, J. C.; PUNTEL, C. **As melhores coisas do mundo**: um olhar sobre a adolescência a partir do cinema na perspectiva da teologia prática e da psicologia. REFLEXUS – Ano XIV, n 24, 2020/2. p. 785.

⁸⁶ DROOGERS, *apud* PUNTEL; ADAM, 2021, p. 247.

⁸⁷ DROOGERS, *apud* PUNTEL; ADAM, 2021, p. 247.

⁸⁸ IFAC, 2017, p. 20.

⁸⁹ IFAC, 2017, p. 20.

⁹⁰ IFAC, 2017, p. 20.

⁹¹ IFAC, 2017, p. 24.

e de “criar na instituição, a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais [...]”.⁹²

O NEABI tem diversas competências, como promover a formação para o e a docente referente ao tema, e destacamos também:

[...]

VI. Estimular a implementação de projetos de valorização da identidade e reconhecimento de sujeitos afro-brasileiros e indígenas no contexto do campus;

[...]

VIII - Oportunizar espaços de conhecimento, reconhecimento e interação com grupos étnico-raciais, no contexto da diversidade cultural e étnica que circunda e compõe o Campus, valorizando suas identidades, tradições e manifestações culturais; [...]⁹³

Os núcleos desenvolvem uma função de sensibilização e inserção dos e das estudantes na instituição para respeitarem as diferenças e aprenderem a conviver e contribuir para o desenvolvimento mútuo. O mais importante é que todos e todas se sintam acolhidos e acolhidas, valorizados e valorizadas e respeitados e respeitadas na instituição. Que todos e todas tenham a convicção de pertencimento, e tratados e tratadas como seres humano dignamente.

O Curso Integrado em Agropecuária além do perfil profissional, também conta com uma formação com um perfil humanístico. Dentro eles destacam:

Atuem em sociedade de forma solidária, tendo por base princípios éticos e altruístas; Sejam capazes de conviver harmoniosamente em sociedade, respeitando a pluralidade de culturas, povos e ideias diferentes; Tenham responsabilidade social e consciência ambiental, capazes de agir de forma racional e sustentável, em prol do bem coletivo.⁹⁴

A espiritualidade presente no perfil profissional do Técnico em Agropecuária, contribui para que os egressos e as egressas, sejam agentes capazes de inserir mudanças de comportamento na sociedade, aonde o amor ao próximo se torne um hábito constante. Proporcionando um ambiente afetuoso, solidário e harmônico em que todos os e todas as agentes tenham o propósito do bem comum da sociedade.

O PPC afirma que em atendimento a Lei nº 13.006/2014 exibirá, obrigatoriamente duas horas mensais, de filmes de produção nacional, que contemplem temáticas voltadas aos conhecimentos presentes no currículo do curso. Essa ação demonstra a importância dos recursos audiovisuais para melhorar a percepção dos e das estudantes sobre a educação de

⁹² IFAC, 2017, p. 24.

⁹³ IFAC, 2017, p. 25-26.

⁹⁴ IFAC, 2017, p. 29.

forma atrativa, pois eles e elas poderão fazer a leitura crítica por meio da integração dos conteúdos trabalhados.

Pelo PPC pode-se constatar que está previsto aulas teóricas e práticas e que apresentam apropriadas instalações físicas e equipamentos adequados ao funcionamento do curso, apresentando assim as condições necessárias para a formação plena do técnico e da técnica em Agropecuária através dos conhecimentos teóricos aplicados e das vivências práticas de campo.

A redução no tempo mínimo de duração do curso, e a não obrigatoriedade do estágio supervisionado atendeu aos propósitos de encurtar o tempo de duração da formação dos e das estudantes e conseqüentemente a possibilidade de ingresso ao mercado de trabalho mais rápido. Além de mitigar os índices de evasão do curso.

O conteúdo trabalhado no componente curricular Relações Interpessoais aborda a personalidade, relações e o comportamento humano, relações de trabalho e desenvolvimento interpessoal. Assim, despertam o senso crítico, transformando em pessoas humanizadas, afetuosas, justas, solidárias na escola e conseqüentemente na sociedade.

5.1.4 Ações realizadas presentes no Relatório de Gestão 2017, 2018 e 2019

O Relatório de Gestão é o documento em que o IFAC faz a prestação de contas de suas ações realizadas durante o ano, com o objetivo de apresentá-lo a sociedade e aos órgãos de controle, para que verifique se a Instituição está trabalhando conforme seu PDI.

No ano de 2017, conforme relatório de gestão do IFAC, foram ofertados 3.496 auxílios e bolsas aos e às estudantes da Instituição, em diferentes programas. No entanto, efetivamente foram 3.220 concedidos. Desses, 3.057 foram de auxílio permanência, com o objetivo de auxiliar os e as discentes nos gastos com traslado e alimentos, durante a realização do curso, em razão da não efetivação da política institucional de alimentação e transporte na instituição.⁹⁵

No ano seguinte o relatório de gestão apresenta um leve aumento na oferta de bolsas e auxílios que foram distribuídos, perfazendo um total de 3.601. Destes 3.316 foram destinados para a modalidade de auxílio permanência, com a finalidade de oferecer aos e as estudantes “que comprovem renda per capita familiar de até um salário-mínimo e meio, ou

⁹⁵ IFAC. **Relatório de Gestão 2017**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. IFAC, 2017. p. 101-102.

que seja oriundo da rede pública de educação, para complementação das despesas com transporte e alimentação, visando a permanência e êxito nos cursos do IFAC”.⁹⁶

A Instituição busca a consolidação das políticas de ensino, pesquisa e extensão e do melhoramento da estrutura física, e a aplicação de recursos financeiros em ações de ensino, pesquisa e extensão para, de acordo com o Relatório de Gestão, encorajar os e as estudantes a permanecerem e concluírem os cursos iniciados, e assim transformarem em atores e atrizes de mudanças na comunidade que estão inseridos e inseridas.

No ano de 2019, ocorreu uma redução nos recursos financeiros destinados a oferta de bolsas e auxílios na Instituição, por conta da implementação de várias outras ações previstas nos documentos internos que tinha o escopo de proporcionar melhores condições de permanência e êxito dos e das estudantes.

A implantação da alimentação escolar para os e as estudantes dos Cursos Técnicos Integrados nos Campi foi uma das ações que contribuiu significativamente para a redução da evasão escolar, especificamente no *Campus* Cruzeiro do Sul, que mesmo passando por um ano atípico, com o incêndio destruindo todo o bloco administrativo, e as atividades de ensino sendo paralisadas por um mês, obteve o menor índice de evasão da existência dos cursos integrados do *Campus*, de acordo com a PNP e Relatório SISTEC. Mas a maioria dos e das estudantes pesquisados e pesquisadas não foram atendidos e atendidas, pois evadiram antes da implantação.

Mesmo com a redução nos recursos financeiros, a DSAES contemplou os e as estudantes com 2.670 bolsas e auxílios. Somente na modalidade de auxílio permanência foram concedidos 2.234, beneficiando estudantes de todos os Campi do IFAC. Baseados nos dados dos relatórios de gestão dos anos de 2017, 2018 e 2019, o número de concessão de auxílio permanência apresentou uma redução no período do recorte temporal do estudo.

Sobre a concessão de auxílios e bolsas para os e as estudantes da instituição, o Relatório de Gestão compreende ser “uma ação de permanência e êxito do IFAC já consolidada e que tem garantido as condições mínimas para que os beneficiários tenham acesso à educação pública, gratuita e de qualidade”.⁹⁷

Embora a implementação de ações venha contribuindo para uma redução significativa nos índices de evasão na Instituição, a política de permanência e êxito precisa ser

⁹⁶ IFAC. **Relatório de Gestão 2018**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. IFAC, 2018. p. 32.

⁹⁷ IFAC. **Relatório de Gestão 2019**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. IFAC, 2019. p. 48.

construída e efetivada nos próximos anos, e desta forma contribuir no aumento no número de estudantes que ingressam e conclui os cursos ofertados pelo IFAC.

5.2 A EVASÃO

Para ser possível conhecer a realidade pesquisada, faz-se necessário conhecer a realidade da Evasão dos Cursos Técnicos Integrados de Agropecuária da região norte, seguida do panorama da evasão nos cursos integrados do IFAC e do foco de minha pesquisa, a evasão no Curso Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária do *Campus* Cruzeiro do Sul, no IFAC e os demais documentos coletados e analisados.

O quadro 1 no Apêndice B, apresenta a evasão dos Cursos Integrados ao Ensino Médio em Agropecuária dos Institutos Federais da Região Norte, referente ao ano de 2019 (último do recorte dessa pesquisa) da PNP. Sendo possível identificar que a evasão é um problema endêmico, presente em todas as instituições de ensino da região.

Quando comparamos os índices de evasão dos Institutos Federais da Região Norte no curso pesquisado, o IFAC encontra-se em terceiro lugar, entre os que apresentam os maiores índices. E o curso do *Campus* Cruzeiro do Sul, faz parte do grupo dos oito, com as mais elevadas taxas de evasão, e internamente no IFAC foi o curso identificado com a maior taxa. Comprovando a forte presença do fenômeno na instituição, causando enormes prejuízos ao sujeito evadido, à sociedade e ao poder público.

O quadro 2 no Apêndice B, apresenta os índices de evasão dos cursos integrados ofertados pelo IFAC, referente aos anos de 2017 – 2019, com informações extraídas da PNP.

Os índices de evasão nos Cursos Integrados do IFAC, no recorte temporal do estudo, apresentaram uma média acima dos 13% nas taxas de evasão. *Campus* Cruzeiro do Sul, apresentou o terceiro maior índice de evasão no primeiro ano do estudo, atingindo no ano seguinte, a maior taxa de evasão da instituição. No ano de 2019, reduziu a evasão em mais de 50% em relação ao ano anterior, resultado das ações implementadas pelo *Campus*.

Corroboraram significativamente para a redução dos índices de evasão no curso pesquisado, as ações implementadas pela DSAES descritas no Relatório de Gestão 2019, como a implantação da alimentação escolar para os estudantes dos cursos integrados, auxílio permanência, programa de monitoria especial, programa de monitoria, ajuda de custo para participar em eventos de ensino, em torneios e eventos esportivos, em atividades de extensão, e em eventos científicos.

As adversidades ocorridas no ano de 2019, como o incêndio que destruiu o bloco que funcionava o setor administrativo do *Campus* Cruzeiro do Sul. Ocasionalmente a paralisação das atividades de ensino por aproximadamente um mês, e a necessidade de um redimensionamento na Instituição. Colaboram para comprovar a importância das ações implementadas para redução da evasão dos cursos integrados, que mesmo com a paralisação das aulas por um longo período, não elevou os índices da evasão.

5.2.1 Cenário da evasão no Curso Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária do Campus Cruzeiro do Sul, no IFAC

O Curso Integrado em Agropecuária, desde a sua implantação no ano de 2011, vem apresentando um elevado índice de evasão. No período do recorte temporal da pesquisa, existiam turmas no *Campus* Cruzeiro do Sul, com tempo mínimo de integralização curricular de três e de quatro anos, que concluíram o curso no final de 2019. Assim, a partir do ano de 2020, todas as turmas dos cursos integrados tinham a duração mínima de três anos.

Para fins de analisar o panorama do Curso Integrado em Agropecuária, com ciclo de estudo concluído, foram utilizadas as informações do SISTEC, quanto a quantidade de inscritos e inscritas nos processos seletivos, vagas ofertadas, matrículas efetivadas, concluintes, em curso e evadidos e evadidas (abandono, cancelamento de matrícula, transferência interna e externa). Em seguida, para calcular os índices de conclusão, retenção e evasão foram utilizadas as fórmulas oficiais de cálculo da Rede Federal.

O quadro 03 no Apêndice B apresenta o panorama da turma do curso de agropecuária que ingressou no curso, até o ano de 2017.

O Curso pesquisado apresentou índices de evasão superior a 60% nas turmas que ingressaram no período de 2011 a 2016. Atingindo nas turmas de 2012 e 2013, os índices mais elevados de evasão de 77,1% e 78,8%, respectivamente.

A redução na duração do curso possibilita a integralização em um tempo mais reduzido e ainda assim atende a carga horária prevista nas DCNETPNM. Pode-se constatar que a duração de um curso é um possível fator de evasão, considerando o tempo de permanência na instituição e a atual realidade da sociedade, do e da jovem inserir-se no mercado de trabalho o quanto antes.

O número de inscritos nos processos seletivos do curso pesquisado até 2017 foram superiores as vagas ofertadas. Porém, pela análise constata-se que a matrícula não era oficializada, com exceção do ano de 2017, quando a oferta foi totalmente preenchida.

A turma de 2017, apresentou o maior índice de conclusão com 45,7 %, e mesmo a evasão apresentando o mesmo índice, foi considerada a menor taxa considerando todas as turmas que concluíram o Curso Integrado em Agropecuária até o ano de 2019.

A PNP apresenta os dados por Unidade da Federação, Campus e Curso. Assim, os dados apresentados no Quadro 04 no Apêndice B, correspondem a evasão de todos os e todas as estudantes matriculados e matriculadas no curso pesquisado, durante o período contemplado do estudo.

A seguir apresentamos o Quadro 05, no Apêndice B, onde é possível visualizar a realidade, de forma detalhada, da evasão dos e das estudantes que ingressaram em 2017.

O quadro 5, apresenta a transferência como fator determinante para o elevado índice de evasão, representando 78,4% das ocorrências no período do estudo. Assim, a evasão ocasionada pela transferência, pode ser consequência da média bimestral no *Campus* (7) em relação a estabelecida pelas escolas estaduais (5), bem como o número inferior de disciplinas nas outras escolas, em comparação ao número de disciplinas do curso.

Quanto aos dados apresentados pelo SISTEC, existem diversas possibilidades para o tratamento dos dados. No presente estudo, trabalhamos somente com os dados que correspondem aos e as estudantes que ingressaram no Curso Integrado em Agropecuária no ano de 2017.

Na comparação entre os dados da PNP e do SISTEC, é possível identificar uma semelhança nos índices de evasão apresentados. No recorte temporal da pesquisa, os dados coletados apresentaram o maior índice no ano de 2018, seguida pelo ano de 2017, e a menor taxa foi encontrada no ano de 2019.

A pesquisa apresentou números aproximados de evasão. No entanto, o ano de 2018 apresentou um aumento considerável de aproximadamente 100% de evadidos, em relação ao ano anterior.

Considerando a falta de informações específicas referente ao material e forma de divulgação dos cursos ofertados pela instituição, bem como não constar o registro sistematizado referente ao acompanhamento dos estudantes para identificar a possibilidade de evadirem, a hipótese se a instituição realizar ações de divulgações dos cursos oferecidos, constando: todas as informações pertinentes como perfil de egresso, carga horária dos cursos, disciplinas, mercado de trabalho, então estudantes, ao ingressarem no curso escolhido, não desistirão por constatar que não era isso que esperava do curso, que o curso não atende suas expectativas, e a hipótese se o acompanhamento a estudantes identificar possíveis sinais que levam a evasão, e ocorrer a realização de ações dessa forma a instituição realizar ações para

reverter à situação, então o acompanhamento possibilitará prevenir, minimizar e evitar evasão não tiveram como ser confirmadas ou refutadas.

5.2.2 Descrição do perfil do evadido e da evadida e sua trajetória escolar no IFAC

Para conhecer quem são os e as estudantes evadidos e evadidas do curso pesquisado foi realizada coleta e análise, da ficha de matrícula, histórico escolar do ensino fundamental e histórico escolar e justificativa de transferência do IFAC.

Buscando correlacionar o perfil do e da estudante no ensino fundamental e no IFAC, considerando os documentos coletados dos evadidos e das evadidas no recorte dessa pesquisa, os quadros 6 e 7 no Apêndice B, estão dispostos seguidos para uma aproximação na análise de alguns elementos.

Quanto a idade de ingresso e a intermitência nos estudos entre o Ensino Fundamental e o Curso no IFAC, 70,3% estavam na faixa etária correta para ingressar no 1º ano do ensino médio e 83,8% não apresentavam interrupções nos estudos na passagem do Ensino Fundamental para o Médio. No entanto, 29,7% dos evadidos e das evadidas apresentavam distorção idade/série de 1 a 2 anos, e 16% apresentaram uma descontinuidade dos estudos entre as etapas na Educação Básica de 1 a 2 anos. O que seria um alerta para um acompanhamento mais efetivo desses e dessas estudantes, buscando evitar repetir o que já havia ocorrido no seu processo educacional.

Pelo histórico escolar do ensino fundamental, verificou-se que 45,9% apresentaram ausência de informação em anos letivos, o que leva a conclusão de que o e a estudante ficou ausente da escola, ou reprovou no ano em questão por não constar informações documentadas nesse período.

Quanto ao tipo de escola e modalidade de ensino que concluiu o ensino fundamental, 97,3% dos evadidos e das evadidas eram de escolas públicas e apenas 2,7% de escola particular. Concluíram o Ensino Fundamental Regular, 91,9% e 8,1% por meio da EJA.

Quanto a localização da escola que concluiu o Ensino Fundamental e a localização da residência enquanto estudante do IFAC, percebe-se que 35,1% de evadidos residia na zona rural (era 37,8% no ensino fundamental), embora seja um índice menor em relação aos residentes na zona urbana que é 64,9% (era 62,2% no ensino fundamental). Esse índice de evasão é algo preocupante, pois, pertencem ao público-alvo do Curso de Agropecuária, e que

com a formação, poderia melhorar a produção familiar e conseqüentemente dispor de uma melhor condição de vida.

Considerando que 97,3% dos evadidos e das evadidas residem na Cidade de Cruzeiro do Sul, isso poderia beneficiar uma permanência deles e delas na instituição. No entanto, morar na cidade da instituição não foi fator determinante para permanência e êxito no IFAC.

Assim é preciso uma reflexão para buscar compreender o que tem levado os e as estudantes residentes na Cidade de Cruzeiro do Sul, evadir-se do Curso, principalmente se observarmos que, em relação a política de assistência estudantil da instituição, 100% dos e das estudantes evadidos e evadidas foram contemplados e contempladas com a concessão de auxílio permanência de acordos com o resultado dos editais publicado pela DSAES.

E 91,9% dos evadidos e das evadidas declararam na ficha de matrícula, não necessitar de AEE, por conseguinte 8,1% informaram a necessidade do auxílio, e mesmo a instituição disponibilizando através do NAPNE os meios e recursos necessários para o desenvolvimento integral dos e das estudantes, eles e elas evadiram do IFAC. Gerando uma reflexão, pois a instituição busca efetivar uma educação pública, gratuita, de qualidade e inclusiva, no entanto falando de inclusão todos os e todas as estudantes evadiram da instituição.

Quanto ao sexo, 78,4% dos evadidos foi do sexo masculino e 21,6% do sexo feminino. Considerando que o público que iniciou o ciclo de estudo em 2017 era composto por 71,6% de homens e 28,4% de mulheres, justifica o maior número de ocorrências de evasão ter acontecido justamente no público masculino.

Quanto cor/raça, 51,4% se declaram da cor parda, 10,8% da cor negra e outros 37,8% não declararam a cor ou etnia. O que confirma a análise da PNP que apresenta dados indicando que mais de 50% dos e das estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Agropecuária não declaram a sua cor/raça. E os que autodeclaram, a imensa maioria é composta por pardos, o mesmo fato que acontece no curso em destaque. No total 62,2% entre pretos e pardos evadiram, apresentando números aproximados com os publicados pela PNAD 2019, que no Brasil, somente 41,8% desse público concluiu o ensino médio.

Quanto a reprovação no IFAC, 59,5% reprovaram em pelo menos uma série, antes de evadir-se. Outros 40,5%, não chegaram a serem reprovados na Instituição, justamente por solicitar a transferências antes da conclusão do ano letivo, ou antes mesmo de iniciar o ano letivo subsequente ao que tinha sido aprovado. A reprovação é um provável fator determinante para a elevada taxa de evasão do curso, confirmado no estudo, e que tem levado os e as estudantes a procurar outras instituições de ensino para continuidade nos estudos.

Dentre os fatores causadores da reprovação, podemos citar o elevado número de componentes curriculares e média exigida pelo IFAC.

Quanto à evasão por ano letivo e a série da ocorrência, no recorte temporal do estudo, a 1ª série foi a que apresentou o maior índice com 78,4%, seguida pela 2ª série com 21,6%, na 3ª série não apresentou evasão, no entanto existia 7(sete) estudantes com status de “em curso” no SISTEC. A evasão elevada na 1ª série, nos leva a refletir sobre a adaptação desses estudantes a rotina da instituição, a identificação com o curso, a prática docente da instituição, entre outros elementos.

O ano de 2018 apresentou o maior índice de evasão com 51,4%, seguido por 2017 com 29,7%, e 2019 com 18,9%. Conforme análise dos documentos e contexto, a reprovação de muitos estudantes no ano anterior, e com a incerteza que teriam sucesso no IFAC, contribuiu para o aumento da evasão em 2018.

E no último ano do estudo, três estudantes evadiram sem conseguir avançar para a série seguinte. Em relação aos evadidos na 2ª série, quatro sem reprovação e o mesmo número com reprovação. Até o final do estudo não foi identificado evasão de estudantes da 3ª série.

5.2.3 A Justificativa de Evasão

O Campus Cruzeiro do Sul dispõe de um formulário para os e as discentes justificarem o motivo de ocorrência da evasão. No formulário já são disponibilizados alguns motivos específicos da evasão, e o item “outro” no qual o e a estudante pode relatar o, ou os motivos que o e a levaram ao desligamento do curso iniciado e não concluído.

O quadro 8 no Apêndice B, foi apresentado o mapeamento dos formulários de justificativa de evasão preenchido por 81% dos e das estudantes evadidos e evadidas, elencando os motivos para o desligamento da Instituição.

O fator financeiro foi o mencionado mais vezes, como uma das razões para o desligamento do curso. Confirmando, os achados do estudo, e nos levando a refletir sobre os motivos da evasão, considerando que todos e todas recebiam o auxílio permanência e nos questionar se o auxílio não era suficiente para custear todas as despesas advindas do ensino. A localização da instituição e as dificuldades financeiras de discentes dificultam a permanência e conclusão de estudantes nos cursos técnicos integrados no *Campus* Cruzeiro do Sul.

Em relação a indecisão e troca de curso foram elencadas cinco vezes cada como o motivo para o desligamento prematuro do IFAC. Isso nos leva a uma interrogação será que as

informações nos processos de divulgação do Curso Integrado em Agropecuária, estão sendo claras? O que tem levado esses e essas estudantes a desistir do curso escolhido?

Quanto a exigência acadêmica do curso, foi mencionado cinco vezes e uma outra citaram que o número de disciplina não permitiu o acompanhamento do ano letivo. Isso pode ser confirmado no PPC do Curso de Agropecuária, o que pode confirmar a hipótese levantada, em que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária contribuem decisivamente para a evasão ou permanência de discentes, sendo necessário analisar e reformular a organização didática, a carga horária e a prática docente podem influenciar na permanência ou desistência de estudantes. Realidade constatada em outra das justificativas identificadas no formulário, quando apontam que, em alguns dias da semana, faz-se necessário ter aula no contraturno para atender a demanda de carga horária do curso, prevista no PPC.

Quanto a reprovação foi outra razão citada para justificar o abandono do curso, apesar de que no formulário não constava a opção. Assim, como sugestão da reformulação do formulário, que a reprovação seja um dos motivos previstos.

Os evadidos e as evadidas justificaram a saída da instituição por conta da localização, horários e profissional foram dois em cada fator. Quanto a localização pode ser considerada por conta de o *Campus* ficar localizado afastado 13 km do centro da cidade, e isso dificulta a chegada do e da estudante na instituição, agravada ainda mais pela indisponibilidade de transporte gratuito para os alunos e as alunas do IFAC, e a falta de regulamentação de transporte público na Cidade de Cruzeiro do Sul. A identificação dessa justificativa confirma a hipótese de que a falta do transporte escolar gratuito, aliado à falta de regulamentação do transporte público na Cidade de Cruzeiro do Sul, além da distância entre a instituição e a residência dos e das estudantes, pode ser decisiva para a evasão deles e delas da instituição.

Mesmo com o auxílio que recebiam, pois além do tempo para ir e vir ao campus no transporte público, muitos e muitas ainda tem que se deslocar até as paradas, o que aumenta os gastos e o tempo. Agravado pelo horário de início e término das aulas, além dos afazeres na família pode contribuir para o desgaste dos e das estudantes, e levá-los a sair da instituição.

Quanto aos horários, é plausível, pois para atender a demanda de carga horária do curso, é necessário em alguns dias da semana, haver aulas no contraturno. Já a justificativa profissional, pode ter sido mencionada por mais de uma possibilidade, podendo ser pela falta de identificação com o curso, por conta que conseguiu trabalho, ou mesmo pela pouca valorização e oportunidade de empregabilidade na profissão.

Alegando a baixa qualidade do curso, um estudante com baixo desempenho acadêmico justificou a saída da Instituição. Outro estudante não especificou o motivo para saída da instituição.

No entendimento da Rede Federal, quando o e a estudante inicia e não conclui o curso, seja por transferência externa, desligamento ou abandono, o estudante é considerado evadido e a estudante é considerada evadida. Mesmo, sabendo que o e a estudante quando solicita transferência, demonstra a vontade de continuar os estudos, mesmo que seja em outra Instituição.

5.2.4 Análise das Atas dos Conselhos de Classe e Planilhas de Notas de 2017 a 2019

O quadro 9 no Apêndice B, apresentou os e as estudantes reprovados e reprovadas que foram objetos de análise pelo conselho de classe final, com suas respectivas deliberações.

O Conselho de Classe final analisou no ano de 2017, os casos dos e das estudantes com até duas reprovações no ano letivo, e com frequência superior a 75%. Assim, sete estudantes foram analisados pelo conselho, sendo que desse total, um estudante não se enquadra no escopo da pesquisa, por ter ingressado na instituição no ano anterior. Com isso, foram analisados seis casos, com a deliberação de aprovação para todos.

No ano seguinte, com a ODP 2018 que permitia aos estudantes reprovados e as estudantes reprovadas em até dois componentes curriculares a progressão para a série seguinte, com o limite de até duas pendências. O Conselho de Classe analisou os estudantes reprovados e as estudantes reprovadas por média em até três componentes curriculares e foi deliberado pela aprovação e progressão parcial nas disciplinas que se encontravam reprovados e reprovadas.

No último ano do estudo, o órgão colegiado teve outra interpretação das normativas institucionais e analisou apenas os e as estudantes com no máximo duas reprovações por média, que tiveram seus casos deliberados com aprovação e progressão parcial. Contrariando a posição do ano anterior, o órgão decidiu por manter a reprovação de um estudante que apresentava reprovação em três disciplinas.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar os fatores da evasão escolar de estudantes ingressantes no ano de 2017, no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária do *Campus* Cruzeiro do Sul, do IFAC e propor ações para mitigar a evasão, e que concluíram a integralização curricular proposta no PPC do curso, em 2019.

Das ações previstas em documentos oficiais que foram implementadas para possibilitar a permanência e êxito dos e das estudantes, é importante evidenciar que o auxílio permanência contemplou todos os e todas as estudantes evadidos e evadidas que pleitearam o recurso financeiro via edital. E apesar de haver a Bolsa Atleta, Bolsa Cultura, Monitoria, Monitoria Especial, Ajuda de Custo, como políticas implantadas, não foram encontrados documentos oficiais, para identificar se os que evadiram tiveram acesso a esses recursos.

Em relação à modalidade de alimentação escolar, foi garantido aos e as estudantes participantes de atividades de ensino no contraturno a refeição (almoço), entretanto, por ter sido implantada no ano de 2019, a maioria dos evadidos e das evadidas não foram atendidos e atendidos pelo programa.

Mesmo com a implantação de ações da política de assistência estudantil, através de auxílios e bolsas para subsidiar o custeio das despesas no decorrer das atividades de ensino, não tem sido o suficiente para proporcionar a permanência e êxito na instituição. Considerando que todos os evadidos recebiam auxílio, e alguns informaram no formulário de justificativa de transferência o motivo ser financeiro para evadir-se. Assim como os 8,1% que necessitavam de AEE e mesmo sendo atendidos todos evadiram.

Também foi constatado que um elevado número de estudantes residentes na zona rural evadiu sem conseguir concluir a formação que iniciaram, gerando a necessidade urgente de ações que possibilite a permanência e conclusão, por ser o público-alvo do curso.

Pela localização do *Campus* e pela falta de disponibilidade de um sistema de transporte eficiente e gratuito para os e as estudantes, a situação se agrava, pois muitos necessitam de um meio de transporte para chegar até os pontos definidos e assim ter acesso ao transporte público.

Os e as estudantes que apresentaram a maior taxa de evasão concluíram o ensino fundamental regular em escola da rede pública, e já haviam apresentado a ocorrência de reprovação e interrupção nos estudos antes de estudar no IFAC, o que podemos constatar a importância de conhecer o histórico escolar anterior a instituição e assim poder propor ações para que a mesma situação não se repita no IFAC.

A ausência de divulgação clara do perfil profissional do curso pode acarretar a escolha equivocada pelo e pela estudante, pois quando começa a conhecer e vivenciar a vida acadêmica na instituição, percebe não ser o que almejava, iniciando o processo de desengajamento, que pode culminar em uma evasão.

Com a reformulação do PPC do curso reduzindo a duração mínima do curso de quatro para três anos e a retirada da obrigatoriedade do estágio supervisionado, juntamente com a nova ODP que passou a permitir a progressão em até duas disciplinas produziram efeitos significativos na redução da evasão.

No geral, o ano de 2018 apresentou o maior índice de evasão no estudo, representando por mais de 50% do total. Com a evasão relacionada à reprovação, é necessária uma atenção especial, no sentido de reduzir os índices de reprovação. Em virtude de 59,9% dos evadidos e das evadidas, reprovaram no mínimo uma vez na instituição, com a maior incidência do fenômeno na 1ª série.

Constatando essa incidência na 1ª série consideramos que o nivelamento para os e as estudantes iniciantes do ensino médio, e a elaboração e aplicação do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes previsto nos documentos, são ações que precisam ser implantadas com urgência, considerando como possibilidade efetiva de mitigar a reprovação e consequentemente a evasão.

Urge a necessidade de outras ações como o acolhimento dos e das estudantes, para que possam sentir-se integrados e integradas, como parte da instituição, aumentando os laços com a comunidade escolar, se transformando em protagonistas da sua própria história.

O dia a dia das pessoas que fazem parte de uma instituição de ensino já tem os elementos presentes para que a espiritualidade possa fazer parte dela, pois segundo os autores a espiritualidade oportuniza amizade e está presente em diversas atividades que ocorrem na instituição, como artes, esportes, lazer, entre outros.

Como proposta de enfrentamento a evasão escolar, a presença da espiritualidade nas instituições de ensino, pode contribuir positivamente na redução dos índices de abandono e evasão escolar, pois, conviver em um ambiente em que o ser humano é tratado como ser único, com sentimentos e emoções aflora nos e nas estudantes a sensação de pertencimento, transformando a escola em um lugar afetivo, solidário em que todos se sintam acolhidos, acolhidas e importantes para a Instituição.

Trabalhar preventivamente para evitar a reprovação e consequentemente a evasão é uma ação que necessita de urgência, para evitar que mais estudantes seja vítima do fracasso escolar e a instituição não consiga cumprir sua missão.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. C. Teologia em movimento: perspectivas da teologia prática como hermenêutica da religião vivida a partir do cinema brasileiro. **Numen**: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 21, n.1, jan./jun. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BÍBLIA SAGRADA. **Livro de Provérbios 31,26**. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/pv/31>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9.394/1996**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras - ANDIFES/ABRUEM, SESu. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7566, de 23 de setembro 1909**. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação, **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. 4ª edição. Brasília, 2021. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 26 jun 2014.

Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL Ministério da Educação. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5154_04.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL Ministério da Educação. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: 2014. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Informativa Nº 138, de 15 de julho de 2015**. Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes.

BRASIL . **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL . **Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc90.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL . **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Aprovação escolar cresce, enquanto diminuem o abandono e a reprovação. Brasília, 1998. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar/21206. Acesso em: 05 out. 2021.

BRASIL . **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL . Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 mar. 2021.

CAMARGO, T. D. de.; MOLL, J. **Educação Integral e espiritualidade**: os benefícios dessa relação para a formação integral do ser humano. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117566/000966595.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 ago. 2022.

CARAPEBA, G. O. de L. In Unoeste. **Espiritualidade na educação proporciona grande contribuição**. www.unoeste.br. Ano 2020. Disponível em: <http://www.unoeste.br/Noticias/2020/9/espiritualidade-na-educacao-proporciona-grande-contribuicao>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Centro de Referências em Educação Integral. **Conceito de Educação Integral**. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/conceito/>. Acesso em: 06 nov. 2021.

CFFB. **Campanha da Fraternidade 2022**: Fraternidade e Educação. Disponível em: <https://cffb.org.br/campanha-da-fraternidade-2022-fraternidade-e-educacao/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

COSTA, J. C. da. **Espiritualidade na Educação**: Educação, Espiritualidade e Emancipação Humana. Fortaleza: Premius, 2010.

COSTA, Q. da. **Reflexões sobre a Espiritualidade nas Organizações**. In. X Congresso Nacional de Excelência em Gestão. 2014, Rio de Janeiro. p 7. Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0381_17.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

DORE, R.; LUSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de pesquisa**, v.41, n. 144, p. 772 – 789, set/dez. 2011.

DROOGERS, A. Espiritualidade: o problema da definição. In: PUNTEL, C.; ADAM, J.C. Mindfulness e Espiritualidade como Estratégica de Enfrentamento em Situações de Crise. **Estudos Teológicos**. São Leopoldo, v. 61, n. 1, p. 239-255, jan./jun. 2021.

FAVERO, R. V. M. **Dialogar ou evadir**: Eis a questão! Um estudo sobre a permanência e a evasão na educação a distância. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

FEITOSA, M. da S. **Evasão na Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Reflexões e possibilidades de enfrentamento**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Salgueiro, 2020.

FINI, R.; HIEJMANS, R. D; LUSCHER, A. Z. **Insucesso, fracasso, abandono, evasão ... um debate multifacetado**. In: Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica fundamentos e reflexões contemporâneas. Belo Horizonte: PUC Minas, 2013.

FRITSCH, R.; VITELLI, R. F. **Evasão escolar, a escola e o mercado de trabalho**: o que dizem jovens do ensino médio de escolas públicas. Disponível em:

http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-2_ROSANGELA-FRITSCH-RICARDO-FERREIRA-VITELLI.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

GATTI, B. e ANDRÉ, M.. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Tradução. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002133855>. Acesso em: 30 jul. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio Contínua. Educação 2018**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

IFAC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. IFAC, 2016. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/o-ifac/planejamento-e-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi20142018.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

IFAC.. **Resolução CONSU/IFAC nº 28, de 22 de julho de 2019**. Dispõe sobre a prorrogação do PDI 2014-2018 até 31/12/2019. IFAC. 2019.

IFAC.. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024)**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, 2020.

IFAC. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmica**. *Campus* Cruzeiro do Sul, 2020.

IFAC.. **Resolução CONSU/IFAC N 001, de 15 de janeiro de 2018**. Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

IFAC.. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária - PPC**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do ACRE, 2017.

IFAC. **Resolução Nº 162, de 09 de setembro de 2013**. Dispõe Sobre a Organização Didática Pedagógica. IFAC, 2013.

IFAC.. **Resolução Nº 146, de 12 de julho de 2013**. Regulamenta a organização, o funcionamento e as atribuições do Conselho de Classe – CoC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.

IFAC.. **Relatório de Gestão 2017**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. IFAC 2017.

IFAC.. **Relatório de Gestão 2018**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. IFAC 2018.

IFAC.. **Relatório de Gestão 2019**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. IFAC 2019.

LEAL, N. M. de O. **Evasão Escolar**: as causas e as consequências de uma negligência social. Revista Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº 2, ago/dez 2019.

MELO, A. F. **Uma análise sobre a evasão escolar no Curso Técnico em segurança do trabalho do Senai** – Londrina: proposta de ações interventivas. Dissertação. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR: Londrina/PR, 2018.

OLIVEIRA, F. A. C. **Evasão escolar no ensino técnico profissionalizante**: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres. Dissertação de Mestrado em Educação Profissional Tecnológica. Morrinhos, GO: IF Goiano, 2019.

PUNTEL, C.; ADAM, J. C. Mindfulness e Espiritualidade como Estratégica de Enfrentamento em Situações de Crise. **Estudos Teológicos São Leopoldo** v. 61 n. 1 p. 239-255 jan./jun. 2021.

ROSA, A. H.; AQUINO, F. J. A. de. **A evasão escolar na educação profissional técnica de nível médio**: um olhar profundo sobre dois grandes vilões – a ausência de informações e a falta de identidade do ensino técnico. Revista Sociedade e Desenvolvimento, Itabira, MG, v. 8, n. 7, p. 1-13, mai. 2019. Disponível em:

<https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/1151>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVAS, J. A. **Evasão escolar na educação profissional**: trajetórias e motivos que levam ao abandono definitivo ou temporário dos cursos técnicos de nível médio. Dissertação de Mestrado em Educação Tecnológica. Belo Horizonte, CEFET/MG, 2018.

SILVEIRA, R. B.; BRITTES, L. R. **A participação da família na escola**: desdobramentos sobre a evasão escolar e a educação profissional e tecnológica na lógica neoliberal. Educação Básica Revista. v. 3, n. 1, p. 89-106, mai. 2017. Disponível em:

<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/REB/article/view/219/518>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. de L. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil**: fatores, causas e possíveis consequências. Educação Por Escrito, v. 8, n. 1, p. 35-48, 29 jun. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. p. 128-130.

UNOESTE. Universidade do Oeste Paulista. **Espiritualidade na educação proporciona grande contribuição**. www.unoeste.br. Ano 2020. Disponível em:

<http://www.unoeste.br/Noticias/2020/9/espirtualidade-na-educacao-proporciona-grande-contribuicao>. Acesso em: 12 dez. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES DOS E DAS ESTUDANTES EVADIDOS E EVADIDAS

Este Apêndice faz parte da pesquisa do mestrado e objetiva coletar as informações referentes aos alunos evadidos que ingressaram no ano de 2017, no curso de Agropecuária, no *Campus* Cruzeiro do Sul, do IFAC.

Para fins de esclarecimentos, o conceito de “Evasão” utilizado na pesquisa é o estabelecido pela Plataforma Nilo Peçanha (2018), que evadidos e evadidas “corresponde aos alunos que perderam o vínculo com a instituição antes da conclusão de um curso”. Ou seja, os alunos evadidos e as alunas evadidas são os e as que constam como transferido, transferida, abandono ou desligamento.

As informações referentes aos pontos de 1 a 7, são de caráter individualizado (para cada discente evadido, deve ser respondido em uma ficha), identificando cada discente evadido com um número.

1. INFORMAÇÕES DO HISTÓRICO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL (E.F) DO ALUNO EVADIDO:

1. O evadido reprovou alguma vez no E. F.?			
<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	
Se respondeu sim na questão anterior cite a disciplina ou as disciplinas:			
2. Ano de conclusão do E. F.?			
<input type="checkbox"/> 2013	<input type="checkbox"/> 2014	<input type="checkbox"/> 2015	<input type="checkbox"/> 2016
3. Instituição de conclusão do E. F.?			
<input type="checkbox"/> Pública		<input type="checkbox"/> Particular	
4. Localização da Instituição de conclusão do E. F.?			
<input type="checkbox"/> Zona urbana	<input type="checkbox"/> Zona rural	<input type="checkbox"/> Área Indígena	
5. A conclusão do E. F. foi através de?			
<input type="checkbox"/> Ensino Regular		<input type="checkbox"/> Programas de Aceleração	

2. INFORMAÇÕES DO HISTÓRICO ESCOLAR DO ALUNO EVADIDO DO CAMPUS CRUZEIRO DO SUL NO IFAC

1. Em que série ocorreu a evasão		
<input type="checkbox"/> 1º Ano	<input type="checkbox"/> 2º Ano	<input type="checkbox"/> 3º Ano
2. O evadido reprovou algum ano letivo no IFAC?		
<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não
3. Caso tenha respondido sim na questão anterior, em quantas disciplinas o evadido foi reprovado?		
<input type="checkbox"/> 01	<input type="checkbox"/> 02	<input type="checkbox"/> 03
<input type="checkbox"/> 04	<input type="checkbox"/> 05 ou mais	
Cite a ou as disciplinas que reprovou:		
4. O evadido progrediu para a série seguinte com pendência em alguma disciplina?		
<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não
5. Caso tenha respondido sim na questão anterior, em quantas disciplinas o evadido progrediu com pendência?		
<input type="checkbox"/> 01	<input type="checkbox"/> 02	<input type="checkbox"/> 03
Cite as disciplinas que ficou em dependência:		

3. INFORMAÇÕES DA FICHA DE MATRÍCULA DO ALUNO EVADIDO DO CAMPUS CRUZEIRO DO SUL DO IFAC

1. Anos completo no ingresso no IFAC?		
<input type="checkbox"/> 13 a 14 anos	<input type="checkbox"/> 15 a 16 anos	<input type="checkbox"/> 17 anos
2. Gênero:		
<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino	
3. Etnia:		
<input type="checkbox"/> Branca	<input type="checkbox"/> Parda	
<input type="checkbox"/> Negra	<input type="checkbox"/> Indígena	
4. Cidade que reside:		
<input type="checkbox"/> Cruzeiro do Sul - AC	<input type="checkbox"/> Guajará - AM	
<input type="checkbox"/> Mâncio Lima - AC	<input type="checkbox"/> Rodrigues Alves - AC	
5. Localização da residência do evadido:		
<input type="checkbox"/> Zona urbana	<input type="checkbox"/> Zona rural	<input type="checkbox"/> Área Indígena
6. O evadido apresenta alguma deficiência, que necessite de atendimento especializado?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	

4. INFORMAÇÕES DO QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS EVADIDOS NO CURSO DE AGROPECUÁRIA DO CAMPUS CRUZEIRO DO SUL DO IFAC

1. Em relação a religião?		
<input type="checkbox"/> Católica	<input type="checkbox"/> Evangélica	<input type="checkbox"/> Espirita
<input type="checkbox"/> Africanas	<input type="checkbox"/> Outra	<input type="checkbox"/> Sem religião
2. Estado Civil do evadido:		
<input type="checkbox"/> Solteiro(a)	<input type="checkbox"/> Casado(a)	<input type="checkbox"/> Outro
3. O evadido tem filhos:		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
4. O evadido reside com:		
<input type="checkbox"/> Mãe e pai	<input type="checkbox"/> Mãe	
<input type="checkbox"/> Pai	<input type="checkbox"/> Outros	
6. Estado civil dos pais:		
<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Casado	
<input type="checkbox"/> Separado	<input type="checkbox"/> Outro	
5. Quantidade de pessoas mora na residência do evadido:		
<input type="checkbox"/> de 01 a 02	<input type="checkbox"/> 03 a 04	<input type="checkbox"/> acima de 05
6. Quanto ao tipo de residência:		
<input type="checkbox"/> Própria	<input type="checkbox"/> Alugada	
<input type="checkbox"/> Cedida	<input type="checkbox"/> Financiada	
7. Escolaridade da mãe do evadido:		
<input type="checkbox"/> Não Alfabetizada	<input type="checkbox"/> Alfabetizado	
<input type="checkbox"/> Fundamental	<input type="checkbox"/> Médio	
<input type="checkbox"/> Superior	<input type="checkbox"/> Pós-Graduado	
8. Escolaridade do pai do evadido:		
<input type="checkbox"/> Não Alfabetizado	<input type="checkbox"/> Alfabetizado	
<input type="checkbox"/> Fundamental	<input type="checkbox"/> Médio	
<input type="checkbox"/> Superior	<input type="checkbox"/> Pós-Graduado	
9. Renda familiar		
<input type="checkbox"/> Menos de 1 salário	<input type="checkbox"/> de 1 até 1,5 salário-mínimo	
<input type="checkbox"/> de 1,5 a 2 salário	<input type="checkbox"/> de 2 a 3 salários	
<input type="checkbox"/> de 3 a 4 salários	<input type="checkbox"/> Acima de 4 salários	

5. INFORMAÇÕES DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE AGROPECUÁRIA REFERENTE AOS ALUNOS EVADIDOS

1. A Coordenação recebeu encaminhamento de docentes e de outros setores da instituição com alguma informação que pudesse ser considerada motivo para ocasionar a evasão (faltas, não participação nas atividades, não entregar atividades etc.), anterior ao conselho de classe final?	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Se respondeu sim na questão anterior cite:	
2. A planilha com o rendimento anual e a Ata do Conselho de Classe Final.	

6. INFORMAÇÕES DE JUSTIFICATIVA DE SAÍDA DA INSTITUIÇÃO

1. O evadido justificou o motivo da sua saída do IFAC?	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
2. Quais os motivos elencados pelo evadido, para solicitar a saída da Instituição? (Transcrição na íntegra da justificativa do evadido)	

7. INFORMAÇÕES DO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (NAES)

1. O aluno evadido recebia auxílio permanência do IFAC?	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
2. O aluno evadido recebia auxílio ou bolsa para participar de projetos no IFAC?	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
3. O aluno evadido recebia ajuda de custo para representar o <i>Campus</i> Cruzeiro do Sul em eventos em outras cidades?	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
4. Registro de informações sobre o evadido?	

A partir do ponto 8, as informações não são individualizadas, são institucionais.

8. RELATÓRIO SISTEC – INGRESSO EM 2017 – CURSO DE AGROPECUÁRIA DO CAMPUS CRUZEIRO DO SUL DO IFAC

Ingresso	Conclusão	Retenção	Evasão

9. PANORAMA GERAL DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO EM AGROPECUÁRIA DO CAMPUS CRUZEIRO DO SUL – INGRESSO 2011 – 2018

Ano	Oferta	Matrículas	Conclusão	Retenção	Evasão
2011					
2012					
2013					
2014					
2015					
2016					
2017					
2018					

10. LISTAR AS ATIVIDADES DE ADAPTAÇÃO, ORIENTAÇÃO E NIVELAMENTO OFERTADAS AOS ESTUDANTES QUANDO INGRESSAM NO CAMPUS.

11. DESCREVA AS AÇÕES IMPLEMENTADAS PARA COMBATER A EVASÃO NO PERÍODO DE 2017 A 2019 PELA REITORIA OU CAMPUS

APENDICE B – QUADROS REPRESENTATIVOS

APÊNDICE B

Quadro 1. Cursos Integrados em Agropecuária da Região Norte – Evasão Escolar no ano de 2019

IF	Cidade do Campi	Evasão do Curso	Evasão da IF
AC	Cruzeiro do Sul	14,6%	12,9%
	Sena Madureira	8,8%	
AM	Coari	7,3%	18,1%
	Eirunepé	8,6%	
	Humaitá	8,6%	
	Itacoatiara	9,1%	
	Lábrea	9,1%	
	Manaus Zona Leste	3,5%	
	Maués	71,3%	
	Parintins	9,9%	
	Presidente Figueiredo	22,1%	
	São Gabriel da Cachoeira	37,7%	
	Tabatinga	28,7%	
	Tefé	7,6%	
AP	Porto Grande	5,5%	5,5%
PA	Bragança	0,0%	12,1%
	Breves	1,4%	
	Castanhal	16,4%	
	Conceição do Araguaia	10,9%	
	Marabá Rural	7,0%	
	Santarém	17,5%	
RO	Ariquemes	14,1%	15,0%
	Cacoal	9,8%	
	Colorado do Oeste	17,5%	
RR	Amajari	13,7%	10,9%
	Novo Paraíso	8,8%	
TO	Araguatins	12,1%	11,6%
	Colinas do Tocantins	12,5%	
	Dianópolis	8,1%	

Fonte: Elaborado pelo autor, com informações da Plataforma Nilo Peçanha, 2019.

Quadro 2. A evasão nos Cursos Integrados do IFAC de 2017 a 2019

Ano: 2017		
Campus	% Evasão local	% Evasão IFAC
Cruzeiro do Sul	15,2%	13,6%
Rio Branco	9,8%	
Avançado Baixada do Sol	40,3%	
Sena Madureira	4,5%	
Tarauacá	16,8%	
Xapuri	12%	
Ano: 2018		
Campus	% Evasão local	% Evasão IFAC
Cruzeiro do Sul	23,7%	14,3%
Rio Branco	10,2%	
Sena Madureira	7,3%	
Tarauacá	15,9%	
Xapuri	12,5%	
Ano: 2019		
Campus	% Evasão local	% Evasão IFAC
Cruzeiro do Sul	10,9%	13,9%
Rio Branco	3,5%	
Sena Madureira	28,1%	
Tarauacá	17,9%	
Xapuri	18,8%	

Fonte: Elaborado pelo autor, com os dados de 2017 a 2019 da Plataforma Nilo Peçanha, 2022.

Quadro 3. Evasão do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária – Ingresso 2011 – 2017

Descrição	Ano						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Inscritos no processo seletivo	525	190	182	239	62	107	134
Vagas ofertadas	80	40	40	40	40	80	80
Matrículas	66	35	33	36	36	54	81
Conclusão	26	08	07	12	14	21	37
Retenção	-	-	-	-	-	-	07
Evasão	40	27	26	24	22	33	37
% de conclusão	39,4	22,9	21,2	33,3	38,9	38,9	45,7
% de retenção	-	-	-	-	-	-	8,6
% de evasão	60,6	77,1	78,8	66,7	61,1	61,1	45,7

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados das turmas de 2011 a 2017 do SISTEC, 2022.

Quadro 4. Evasão no Curso de Agropecuária nos anos de 2017 a 2019 de acordo com a PNP

Ano	2017	2018	2019
% de evasão PNP	14,9%	26,8%	14,6%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados dos anos 2017, 2018 e 2019 da PNP, 2022.

Quadro 5. Representação anual dos 37 estudantes evadidos, que ingressaram em 2017 no Curso de Agropecuária

Ano	Evasão			Total	% Evasão
	Transferência	Abandono	Desligamento		
2017	09	00	02	11	29,7%
2018	15	04	00	19	51,4%
2019	05	02	00	07	18,9%
Total	29	06	02	37	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados de 2017 a 2019 do SISTEC, 2022.

Quadro 6. Perfil dos e das estudantes evadidos e evadidas no Curso de Agropecuária

Perfil do Estudante Evadido e Evadida - Pré - IFAC		Evasão
Ano de conclusão do Ensino Fundamental	2014	8,1%
	2015	8,1%
	2016	83,8%
Reprovação ou interrupção nos estudos antes de estudar no IFAC.	Sim	45,9%
	Não	54,1%
Concluiu o Ensino Fundamental	Publica	97,3%
	Particular	2,7%
Quanto a modalidade do Ensino Fundamental	Ensino regular	91,9%
	Educação de Jovens e Adultos	8,1%
Localização da escola do Ensino Fundamental	Zona urbana	62,2%
	Zona rural	37,8%

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do histórico escolar do Ensino Fundamental dos estudantes evadidos, 2021.

Quadro 7. Perfil dos e das estudantes evadidos e evadidas do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária

Perfil do Estudante		Evasão
Sexo	Masculino	78,4 %
	Feminino	21,6%
Residente	Zona urbana	64,9%
	Zona rural	35,1%
Cidade que reside	Cruzeiro do Sul - AC	97,3%
	Guajará - AM	2,7%
Cor/Etnia	Branca	0,0%
	Parda	51,4%
	Preta	10,8%
	Indígena	0,0%
	Não informaram	37,8%
Idade de ingresso no IFAC	14 anos	16,2%
	15 anos	54,1%
	16 anos	16,2%
	17 anos	13,5%
Intermitência entre a conclusão do ensino	Sim	16,2%

fundamental e o ingresso no ensino médio no IFAC	Não	83,8%
Necessidade de atendimento especializado	Sim	8,1%
	Não	91,9%
Reprovação em série no IFAC	Sim	59,5%,
	Não	40,5%
% de evasão por ano letivo	2017	29,7%
	2018	51,4%
	2019	18,9%
Série da evasão no IFAC	1ª série	78,4%
	2ª série	21,6%
	3ª série	0,0%
Recebimento de auxílio	Sim	100%
	Não	0,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com informações da ficha de matrícula e histórico escolar do IFAC, 2021.

Quadro 8. Mapeamento dos Formulários de Justificativa de Evasão

Perfil do Estudante	Evasão	
Justificativa da saída do IFAC	Sim	81%
	Não	19%
Motivos relatados	Indecisão quanto ao curso	05
	Exigência Acadêmica do Curso	05
	Horários	02
	Localização	02
	Financeiro	07
	Troca de curso	05
	Profissional	02
	Baixa Qualidade do Curso	01
	Outro. Reprovação	04
	Outro. Número de disciplinas	02
	Outro.	01

Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos Formulários de Solicitação de Transferência, 2022.

Quadro 9. Análise realizadas pelo Conselho de Classe nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Ano	2017	2018	2019
Reprovados por média em até 1 disciplina analisada pelo CC	05	08	07
Reprovados por média em até 2 disciplinas analisadas pelo CC	01	03	02
Reprovados por média em até 3 disciplinas analisadas pelo CC	-	01	-
Estudantes analisados pelo conselho de classe	06	12	9
Estudantes aprovados pelo conselho de classe	06	10	4

Estudantes de Progressão Parcial pelo conselho de classe	-	2	5
--	---	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor com dados das Atas dos Conselhos de Classe Final dos anos de 2017 a 2019, 2022.